



REDE ENERGIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Companhia Aberta

CNPJ/MF n.º 61.584.140/0001-49

NIRE 35.300.029.780

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ÍNDICE

ESCLARECIMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO	2
ANEXO I - INFORMAÇÕES DOS CANDIDATOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FICAL E DIRETORIA	4
ANEXO II - PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES.....	17
ANEXO III - COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA.....	29
ANEXO IV - PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO	77



REDE ENERGIA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Companhia Aberta

CNPJ/MF n.º 61.584.140/0001-49

NIRE 35.300.029.780

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Srs. Acionistas da Rede Energia S.A. – Em Recuperação Judicial

Assembleia geral ordinária e extraordinária

A administração da Companhia apresenta, nesta data, proposta para a assembleia geral ordinária e extraordinária a se realizar em 10 de abril de 2014, para deliberar sobre as seguintes matérias:

- (i) em assembleia geral ordinária: (i.1) aprovação das demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31.12.2013; (i.2) aprovação das contas dos administradores; e (i.3) aprovação da destinação do resultado do exercício; e
- (ii) em assembleia geral extraordinária: (ii.1) em decorrência da transferência do controle da Companhia para a Energisa S.A., eleição dos membros do conselho de administração e dos membros do conselho fiscal; e (ii.2) fixação da remuneração dos administradores.

Esclarecimentos da administração

Conforme divulgado por meio de aviso de fato relevante, em 11 de julho de 2013 foi celebrado o Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre a Energisa S.A., na qualidade de compradora, e o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Junior, na qualidade de vendedor, comparecendo ainda J.Q.M.J Participações S.A., BBPM Participações S.A., Denerge Desenvolvimento Energético S.A. – Em recuperação judicial, Rede Energia S.A. – Em recuperação judicial e a Empresa de Eletricidade Vale Paranapenama S.A. – Em recuperação judicial, na qualidade de intervenientes anuentes (“Compromisso”).

Por força do Compromisso, e caso implementadas determinadas condições precedentes previstas no mesmo instrumento, a Energisa S.A. assumirá o controle societário indireto da Companhia, e de todo o grupo Rede Energia, e ficará responsável por realizar determinados investimentos com a finalidade de possibilitar a superação da atual crise econômico-financeira por que passa o grupo.



O Compromisso prevê ainda que, quando do fechamento da operação, deverá ser realizada assembleia geral da Companhia para formalizar a substituição dos administradores e conselheiros fiscais indicados pelo atual controlador e proceder à eleição de novos administradores e conselheiros fiscais, indicados pela Energisa S.A., na qualidade de nova controladora indireta da Companhia.

A assembleia geral a se realizar no dia 10 de abril de 2014 atende, portanto, à obrigação contratual mencionada acima, que configura condição precedente para a efetivação do negócio jurídico celebrado com a Energisa S.A..

Em razão de sua natureza, a administração da Companhia não possui qualquer proposta ou indicação específica das matérias a serem deliberadas em assembleia geral extraordinária.

Os membros do conselho de administração e do conselho fiscal a serem eleitos na assembleia geral extraordinária são indicados pela Energisa S.A., em cumprimento ao Compromisso e no âmbito da transferência do controle societário indireto da Companhia. As informações pessoais, currículos e proposta de remuneração estão indicadas nos **Anexos I e II**.

No que diz respeito às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31.12.2013, a destinação do resultado e as contas dos administradores, a administração da Companhia esclarece que as informações e documentos exigidos por força da Instrução CVM n.º 481/09 foram disponibilizados no site da CVM ou estão indicados nos **Anexos III e IV**, conforme exigido pela regulamentação vigente.

São Paulo, 10 de março de 2014.

Rede Energia S.A. – Em Recuperação Judicial

ANEXO I – INFORMAÇÕES DOS CANDIDATOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FISCAL E DIRETORIA

(conforme itens 12.6 a 12.10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009)

12.6. Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal indicados pelo novo controlador:

12.6.1. Conselho de Administração e Diretoria:

Nome: Ivan Müller Botelho	Idade: 79	Órgão administrador: Conselho de Administração	Data da eleição: 10/04/2013	Prazo do mandato: 02 anos
CPF: 002.991.386-15	Profissão: Engenheiro Eletricista	Cargo eletivo ocupado: membro efetivo do Conselho de Administração (Presidente)	Data de posse: 10/04/2013	Foi eleito pelo controlador: Indicado pela Energisa
Outros cargos e funções exercidas na emissora: Não se aplica				

Nome: Ricardo Perez Botelho	Idade: 53	Órgão administrador: Conselho de Administração e Diretoria	Data da eleição: 10/04/2013	Prazo do mandato: 02 anos
CPF: 738.738.027-91	Profissão: Engenheiro Eletrônico	Cargo eletivo ocupado: membro efetivo do Conselho de Administração (Vice Presidente) e Diretor Presidente	Data de posse: 10/04/2013	Foi eleito pelo controlador: Indicado pela Energisa
Outros cargos e funções exercidas na emissora: Não se aplica				

Nome: Antonio Jose de Almeida Carneiro	Idade: 69	Órgão administrador: Conselho de Administração	Data da eleição: 10/04/2013	Prazo do mandato: 02 anos
CPF: 028.600.667-72	Profissão: Empresário	Cargo eletivo ocupado: membro efetivo do Conselho de Administração	Data de posse: 10/04/2013	Foi eleito pelo controlador: Indicado pela Energisa
Outros cargos e funções exercidas na emissora: Não se aplica				

Nome: Marcílio Marques Moreira	Idade: 81	Órgão administrador: Conselho de Administração	Data da eleição: 10/04/2013	Prazo do mandato: 02 anos
CPF: 006.953.867-00	Profissão: Bacharel em Direito	Cargo eletivo ocupado: membro efetivo do Conselho de Administração	Data de posse: 10/04/2013	Foi eleito pelo controlador: Não
Outros cargos e funções exercidas na emissora: Não se aplica				

Nome: Omar Carneiro da Cunha Sobrinho	Idade: 66	Órgão administrador: Conselho de Administração	Data da eleição: 10/04/2013	Prazo do mandato: 02 anos
CPF: 832.328.697-34	Profissão: Economista	Cargo eletivo ocupado: membro efetivo do Conselho de Administração	Data de posse: 10/04/2013	Foi eleito pelo controlador: Não
Outros cargos e funções exercidas na emissora: Não se aplica				

Nome: Danilo de Souza Dias	Idade: 58	Órgão administrador: Diretoria	Data da eleição: 10/04/2013	Prazo do mandato: 02 anos
CPF: 492.795.727-68	Profissão: Engenheiro	Cargo eletivo ocupado: Diretor Vice Presidente	Data de posse: 10/04/2013	Foi eleito pelo controlador: Não
Outros cargos e funções exercidas na emissora: Não se aplica				

Nome: Maurício Perez Botelho	Idade: 52	Órgão administrador: Conselho de Administração e Diretoria	Data da eleição: 10/04/2013	Prazo do mandato: 02 anos
CPF: 738.738.107-00	Profissão: Engenheiro Mecânico	Cargo eletivo ocupado: membro suplente do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores	Data de posse: 10/04/2013	Foi eleito pelo controlador: Indicado pela Energisa
Outros cargos e funções exercidas na emissora: Não se aplica				

Nome: Pedro Boardman Carneiro	Idade: 27	Órgão administrador: Conselho de Administração	Data da eleição: 10/04/2013	Prazo do mandato: 02 anos
CPF: 115.816.367-23	Profissão: Engenheiro de Produção	Cargo eletivo ocupado: membro suplente do Conselho de Administração	Data de posse: 10/04/2013	Foi eleito pelo controlador: Indicado pela Energisa
Outros cargos e funções exercidas na emissora: Não se aplica				

Nome: Andre La Saigne de Botton	Idade: 77	Órgão administrador: Conselho de Administração	Data da eleição: 10/04/2013	Prazo do mandato: 02 anos
CPF: 002.843.357-20	Profissão: Administrador	Cargo eletivo ocupado: membro suplente do Conselho de Administração	Data de posse: 10/04/2013	Foi eleito pelo controlador: Não
Outros cargos e funções exercidas na emissora: Não se aplica				

12.6.2. Conselho Fiscal

Nome: Flavio Stamm	Idade: 50	Órgão administrador: Conselho Fiscal	Data da eleição: 10/04/2013	Prazo do mandato: 01 ano
CPF: 048.241.708-00	Profissão: Administrador de Empresas	Cargo eletivo ocupado: membro efetivo do Conselho Fiscal	Data de posse: 10/04/2013	Foi eleito pelo controlador: Indicado pela Energisa
Outros cargos e funções exercidas na emissora: Não se aplica				

Nome: Paulo Henrique Laranjeiras da Silva	Idade: 63	Órgão administrador: Conselho Fiscal	Data da eleição: 10/04/2013	Prazo do mandato: 01 ano
CPF: 219.991.717-72	Profissão: Contador	Cargo eletivo ocupado: membro efetivo do Conselho Fiscal	Data de posse: 10/04/2013	Foi eleito pelo controlador: Indicado pela Energisa
Outros cargos e funções exercidas na emissora: Não se aplica				



12.7. Informações relacionadas aos membros dos comitês estatutários: Não aplicável.

12.8. Com relação a cada um dos candidatos ao:

12.8.1. Conselho de Administração e Diretoria:

a) Currículos:

b) Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais):

Ivan Müller Botelho – CPF 002.991.386-15 – Candidato ao cargo de Presidente do Conselho de Administração

Currículo:

Membro do Conselho de Energia da ACRJ – Associação Comercial do Rio de Janeiro desde 2010. Membro atual do CEAL – Conselho dos Empresários da América Latina. Membro atual do WPO – World President Organization. Membro atual da Academia de Engenharia; Presidente do Conselho de Administração das empresas abertas: Energisa S.A., sociedade de participação em outras empresas (desde 1997) e das distribuidoras de energia elétrica Energisa Minas Gerais (desde 1990), Energisa Sergipe (desde 1997) e da Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S.A. (desde 2007).

Declarações:

Condenação criminal: o administrador não sofreu qualquer condenação criminal.

Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: nos autos do Processo Administrativo Sancionador CVM n.º RJ 2005/1443, foi aplicada pela CVM as seguintes penalidades: multa no valor de R\$ 400.000,00 por violação ao disposto na alínea “c” do §1º do art. 117 da Lei n.º 6.404/76 e ao disposto no art. 154 da referida lei. O administrador foi condenado a pena multa/advertência conforme decisão proferida pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional nos termos do acórdão nº 10726/11, de 30.08.11.

Condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: o administrador não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.



Ricardo Perez Botelho - CPF 738.738.027-91 – Candidato ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração e Diretor Presidente

Currículo

Vice-Presidente do Conselho de Administração das empresas abertas: Energisa S/A, sociedade de participação em outras empresas (desde 1997) e das distribuidoras de energia elétrica Energisa Minas Gerais (desde 1996), Energisa Sergipe (desde 1997) e Energisa Paraíba (desde 2000); Vice-Presidente do Conselho de Administração da Energisa Borborema, distribuidora de energia elétrica desde 1999. Diretor-Presidente da empresa aberta Energisa S/A, sociedade de participação em outras empresas, desde 2007.

Declarações:

Condenação criminal: o administrador não sofreu qualquer condenação criminal.

Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: nos autos do Processo Administrativo Sancionador CVM Nº RJ2005/1443, foi aplicada pela CVM as seguintes penalidades ao administrador da Energisa S.A. na qualidade de administrador de outras companhias abertas: Pena de advertência por violação ao disposto no art. 154 da Lei das S.A. O administrador recorreu da decisão proferida pela CVM e o processo administrativo (Recurso nº 11.089) aguarda julgamento pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.

Condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: o administrador não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Antonio Jose de Almeida Carneiro – CPF 028.600.667-72 – Candidato ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração

Currículo:

Presidente atual do Conselho de Administração da Gaster Participações S/A, sociedade de participação em outras empresas desde 2009; Membro atual do Conselho de Administração das empresas abertas: Energisa S/A (sociedade de participação em outras empresas) e das distribuidoras de energia elétrica Energisa Minas Gerais, Energisa Sergipe – Distribuidora de Energia S/A e Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S/A desde 2006; Membro do Conselho de Administração da Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S/A desde 2006; Presidente



do Conselho de Administração da João Fortes Engenharia S/A (atuante no setor de construção) desde 2008.

Declarações:

Condenação criminal: o administrador não sofreu qualquer condenação criminal.

Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: não se aplica ao administrador.

Condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: o administrador não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Marcílio Marques Moreira – CPF 006.953.867-00 – Candidato ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração

Currículo:

Membro do Conselho de Ética Pública da Presidência da República (período de 2002 a 2008), tendo exercido a presidência interina várias vezes; Membro atual do Conselho de Administração da Brookfield Incorporações S/A desde 2001; Membro atual do Conselho de Administração da Energisa S/A, sociedade de participação em outras empresas, desde 2006 e das distribuidoras de energia elétrica Energisa Minas Gerais, Energisa Sergipe e Energisa Paraíba; Membro atual do Conselho de Administração da empresa aberta VALID desde 2006. Membro atual da Centennial - Latin America, nos Estados Unidos desde 2006; Membro atual do Conselho Diretor da Fundação Getúlio Vargas desde 1993; Membro atual do Conselho Superior da ACRJ desde 1995; Atual Presidente do Conselho Consultivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial desde 2006. Atual Sócio Gerente de Conjuntura e Contexto Consultoria Política e Comercial Ltda desde 2005.

Declarações:

Condenação criminal: o administrador não sofreu qualquer condenação criminal.

Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: nos autos do Processo Administrativo Sancionador CVM Nº RJ2005/1443, foi aplicada pela CVM as seguintes penalidades ao administrador da Energisa S.A. na qualidade de administrador de outras companhias abertas: Pena de advertência por violação ao disposto no art. 154 da Lei das S.A. O



administrador recorreu da decisão proferida pela CVM e o processo administrativo (Recurso nº 11.089) aguarda julgamento pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.

Condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: o administrador não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Omar Carneiro da Cunha Sobrinho – CPF 832.328.697-34 - Candidato ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração

Currículo:

Conselheiro da Brookfield Incorporações S/A desde 2007; do Grupo Libra desde 2009 e da Cultura Inglesa desde 2005. Ex-Conselheiro da BFFÇ, empresa de capital aberto nos EUA, no período de 1996 a 2009. Membro do Conselho de Administração das empresas abertas: Energisa S/A, sociedade de participação em outras empresas (desde 2001) e das distribuidoras de energia elétrica Energisa Minas Gerais (desde 1998), Energisa Sergipe (desde 2001) e Energisa Paraíba (desde 2001); Membro do Conselho de Administração da Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S/A desde 2001.

Declarações:

Condenação criminal: o administrador não sofreu qualquer condenação criminal.

Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: nos autos do Processo Administrativo Sancionador CVM Nº RJ2005/1443, foi aplicada pela CVM as seguintes penalidades ao administrador da Energisa S.A. na qualidade de administrador de outras companhias abertas: Pena de advertência por violação ao disposto no art. 154 da Lei das S.A. O administrador recorreu da decisão proferida pela CVM e o processo administrativo (Recurso nº 11.089) aguarda julgamento pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.

Condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: o administrador não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.



Daniilo de Souza Dias – CPF 492.795.727-68 – Candidato ao Cargo de Diretor Vice Presidente

Currículo:

Professor Adjunto do Programa de Pós Graduação em Energia da COPPE; Ex- Diretor Estatutário do Mercado Atacadista de Energia; Autor de livros científicos na área da Economia da Energia e de inúmeras publicações em revistas especializadas e em Congressos nacionais e internacionais; Ex-Assessor da Presidência do BNDES; Ex-Diretor Estatutário de Mercado Atacadista da LIGHT SESA. Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia das empresas abertas: Energisa S/A (sociedade de participação em outras empresas) desde 2007 e das distribuidoras de energia elétrica Energisa Minas Gerais (desde 2003), Energisa Sergipe (desde 2003) e Energisa Paraíba desde 2003.

Declarações:

Condenação criminal: o administrador não sofreu qualquer condenação criminal.

Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: não se aplica ao administrador.

Condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: o administrador não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Maurício Perez Botelho – CPF 738.738.107-00 – Candidato ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração e ao cargo de Diretor de Relações com Investidores

Currículo:

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores das empresas abertas do Grupo Energisa: Energisa S/A (sociedade de participação em outras empresas) desde 1997; e nas distribuidoras de energia elétrica Energisa Minas Gerais (desde 1996), Energisa Sergipe (desde 1997) e Energisa Paraíba desde 2000; Diretor da Energisa Soluções S/A (sociedade prestadora de serviços relacionados a energia elétrica) desde 2010 e Diretor Presidente da Energisa Geração Rio Grande S/A, um empresa atuante na área de geração de energia, desde 2008.

Declarações:

Condenação criminal: o administrador não sofreu qualquer condenação criminal.

Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: nos autos do Processo Administrativo Sancionador CVM Nº RJ2005/1443, foi aplicada pela CVM as seguintes



penalidades ao administrador da Energisa S.A. na qualidade de administrador de outras companhias abertas: Pena de multa no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) por descumprimento ao disposto no art. 3º da Instrução CVM nº 358, de 28 de dezembro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”). O Administrador foi condenado a pena de multa/advertência conforme decisão proferida pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional nos termos do acórdão nº 10726/11 de 30/08/2011.

Condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: o administrador não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Pedro Boardman Carneiro – CPF 115.816.367-23 - Candidato ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração

Currículo:

Graduado em Engenharia de Produção pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RIO, em 2010. Experiência Profissional: Sócio e Operador de Mercado Financeiro da Dinâmica Investimentos e Empreendimentos desde 2009; Ex-estagiário do Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil) S.A. (período de janeiro a março de 2008); Ex-estagiário da Corretora Liquidez (período de janeiro a março de 2007); Membro Suplente do Conselho de Administração da empresas abertas Energisa S/A, sociedade de participação em outras empresas, Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energisa S/A, Energisa Sergipe – Distribuidora de Energia S/A e da Energisa Paraíba – Distribuidora de Energia S/A desde 2011), atuantes na área de distribuição de energia elétrica; Membro do Conselho de Administração da Energisa Borborema – Distribuidora de Energia S/A desde 2011, distribuidora de energia elétrica.

Declarações:

Condenação criminal: o administrador não sofreu qualquer condenação criminal.

Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: não se aplica ao administrador.

Condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: o administrador não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.



Andre La Saigne de Botton – CPF 002.843.357-20 - Candidato ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração

Currículo:

Presidente da SPA do Brasil S/A (período de 1997 até o presente); Membro dos Conselhos de Administração da Makro Brasil – Atacadista (período de 1982 a 2007), The Nature Conservancy (Brasil) (período de 1989 até o presente), Conservation Internacional Brasil (período de 1992 até o presente), e Ceras Johnson Brasil (período de 1983 até o presente); Membro Suplente do Conselho de Administração da empresa aberta Energisa S/A, sociedade de participação em outras empresas, desde 2007 até o presente.

Declarações:

Condenação criminal: o administrador não sofreu qualquer condenação criminal.

Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: não se aplica ao administrador.

Condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: o administrador não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.8.1. Conselho Fiscal

a) Currículos:

b) Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais):

Flavio Stamm – CPF 048.241.708-00 – Candidato ao cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal

Currículo:

É sócio administrador da Stamm & Stamm Consultoria Empresarial Ltda. É membro efetivo/suplente do conselho fiscal das seguintes sociedades: Pojuca S/A; Pettenati S/A Indústria Têxtil; Amazônia Celular S/A; Bombril S/A; Têxtil Renaux S/A; Medial Saúde S/A; Brasilagro Cia. Brasileira de Propriedades Agrícolas; Polialden Petroquímica S/A; Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP; Recrusul S/A; Telecomunicações de São Paulo S/A – TELESP; Telemig S/A e Brasil Telecom S/A.

Declarações:

Condenação criminal: o conselheiro não sofreu qualquer condenação criminal.

Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: não se aplica ao conselheiro.

Condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: o conselheiro não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Paulo Henrique Laranjeiras da Silva – CPF 219.991.717-72 – Candidato ao cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal

Currículo:

Atuou de maio de 1985 até março de 2013 na Energisa S.A., no cargo de Superintendente de Contabilidade Corporativa. É membro efetivo do conselho fiscal da Companhia Industrial Cataguases.

Declarações:

Condenação criminal: o conselheiro não sofreu qualquer condenação criminal.

Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas: não se aplica ao conselheiro.

Condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer: o conselheiro não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.9. Relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre:

- a. **administradores do emissor;**
- b. **(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor.**
- c. **(i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas; e (ii) administradoras das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor;**
- d. **(i) administradores do emissor; e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.**

Identificação: Ivan Müller Botelho	CPF: 002.991.386-15	Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada: Pai (1º grau de consanguinidade)	Pessoa relacionada: Ricardo Perez Botelho e Maurício Perez Botelho
Cargo/Função: Presidente do Conselho de Administração	Observações: O Sr. Ivan Müller Botelho, Presidente do Conselho de Administração, é pai do Sr. Ricardo Perez Botelho, membro efetivo do Conselho de Administração e Diretor Presidente, e do Sr. Maurício Perez Botelho, membro suplente do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores da Companhia.		

Identificação: Ricardo Perez Botelho	CPF: 738.738.027-91	Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada: Filho (1º grau de consanguinidade) e Irmão (2º grau de consanguinidade)	Pessoa relacionada: Ivan Müller Botelho e Maurício Perez Botelho
Cargo/Função: membro efetivo do Conselho de Administração e Diretor Presidente	Observações: O Sr. Ricardo Perez Botelho, membro efetivo do Conselho de Administração e Diretor Presidente, é filho do Sr. Ivan Müller Botelho, Presidente do Conselho de Administração, e irmão do Sr. Maurício Perez Botelho, membro suplente do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores da Companhia.		

Identificação: Maurício Perez Botelho	CPF: 738.738.107-00	Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada: Filho (1º grau de consanguinidade) e Irmão (2º grau de consanguinidade)	Pessoa relacionada: Ivan Müller Botelho e Ricardo Perez Botelho
Cargo/Função: membro suplente do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores	Observações: O Sr. Maurício Perez Botelho, membro suplente do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores da Companhia, é filho do Sr. Ivan Müller Botelho, Presidente do Conselho de Administração, e irmão do Sr. Ricardo Perez Botelho, membro efetivo do Conselho de Administração e Diretor Presidente.		

Identificação: Antonio José de Almeida Carneiro	CPF: 028.600.667-72	Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada: Filho (1º grau de consanguinidade)	Pessoa relacionada: Pedro Boardman Carneiro
Cargo/Função: membro efetivo do Conselho de Administração	Observações: O Sr. Antônio José de Almeida Carneiro é pai do Sr. Pedro Boardman Carneiro, membro suplente do Conselho de Administração.		

Identificação: Pedro Boardman Carneiro	CPF: 115.816.367-23	Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada: Pai (1º grau de consanguinidade)	Pessoa relacionada: Antonio José de Almeida Carneiro
Cargo/Função: membro suplente do Conselho de Administração	Observações: O Sr. Pedro Boardman Carneiro, membro suplente do Conselho de Administração, é filho do Sr. Antonio José de Almeida Carneiro, membro efetivo do Conselho de Administração.		



12.10. Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre os candidatos ao Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal e:

a) Sociedade controlada, direta e indiretamente, pela Companhia:

Não houve qualquer relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantida nos últimos 3 exercícios sociais, entre os candidatos a administradores da Companhia e qualquer sociedade controlada, direta e indiretamente, pela Companhia.

b) Controlador direto ou indireto da Companhia:

Não houve qualquer relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantida nos últimos 3 exercícios sociais, entre os candidatos a administradores da Companhia e qualquer sociedade controladora, direta e indiretamente, da Companhia.

c) Fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas, caso relevantes:

Não houve qualquer relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantida nos últimos 3 exercícios sociais, entre os candidatos administradores da Companhia e qualquer fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas.



ANEXO II - PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(conforme item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009)

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

Resposta: A prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, adotada pela Companhia, objetiva atrair e reter profissionais qualificados e com experiência na área de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, bem como, incentivar o cumprimento dos objetivos e metas, proporcionando um alinhamento com os interesses da Companhia. Para o exercício de 2014, a Energisa S.A., como possível nova controladora da Companhia, propõe o montante global de até R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para remuneração dos administradores da Companhia, a ser distribuído conforme deliberação do Conselho de Administração e dentro dos limites legais.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Resposta: A Companhia adota um modelo de remuneração fixa.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Resposta: A distribuição da remuneração prevista para o exercício de 2014 será objeto de deliberação pelo Conselho de Administração.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Resposta: Os administradores recebem honorários fixos mensais. O reajuste da remuneração é feito com base em práticas de mercado.

iv. razões que justificam a composição da remuneração



Resposta: A remuneração da Companhia considera as responsabilidades de cada cargo e esta baseada nas práticas de mercado e nos valores pagos para profissionais que exercem funções e cargos equivalentes, visando a retenção dos melhores profissionais.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

Resposta: A remuneração dos administradores é fixa e não considera indicadores de desempenho.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

Resposta: A remuneração dos administradores é fixa e não considera indicadores de desempenho.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Resposta: A prática de remuneração está alinhada aos interesses da Companhia, dos acionistas e dos clientes do Grupo Rede Energia, de modo a agregar valor econômico e consolidar a gestão da Companhia.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Resposta: Não aplicável.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Resposta: Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração reconhecida no Exercício de 2011 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	8	5	22
c.i. Remuneração fixa anual	966.333,33	788.033,33	168.000,00	1.922.366,66

Salário ou Pró-labore	966.333,33	788.033,33	168.000,00	1.922.366,66
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.ii. Remuneração variável	-	488.824,99	-	488.824,99
Bônus	-	488.824,99	-	488.824,99
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	966.333,33	1.276.858,32	168.000,00	2.411.191,65

Remuneração reconhecida no Exercício de 2012 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	8	5	22 ¹
c.i. Remuneração fixa anual	681.166,68	603.333,33	123.000,00	1.407.500,01
Salário ou Pró-labore	681.166,68	403.333,33	123.000,00	1.207.500,01
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.ii. Remuneração variável	-	200.000,00	-	200.000,00
Bônus	-	200.000,00	-	200.000,00
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	681.166,68	603.333,33	123.000,00	1.407.500,01

¹ Em razão da situação de crise econômico-financeira do grupo Rede Energia, do qual a Companhia faz parte, o número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária sofreu substancial variação ao longo do exercício social.

Remuneração reconhecida no Exercício de 2013 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	2	2	3	8
c.i. Remuneração fixa anual	264.000,00	-	118.800,00	382.800,00
Salário ou Pró-labore	264.000,00	-	118.800,00	382.800,00
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.ii. Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	264.000,00	-	118.800,00	382.800,00

Remuneração prevista para o Exercício de 2014 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	5	3	3	11
c.i. Remuneração fixa anual	3.000.000,00			3.000.000,00 ²
Salário ou Pró-labore	-	-	-	-
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.ii. Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-

² A remuneração prevista para o exercício de 2014, de até R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), será distribuída entre os órgãos da administração da Companhia por deliberação do conselho de administração.

c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	3.000.000,00			3.000.000,00

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Resposta: O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Companhia não possuem remuneração variável. A seguir apresentamos tabela indicando a remuneração variável reconhecida nos três últimos exercícios e a proposta para o exercício de 2014.

Remuneração Variável reconhecida no Exercício de 2011 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	8	5	22
c.. em relação ao Bônus	-	488.824,99	-	488.824,99
(i) valor mínimo no plano de remuneração	-	-	-	-
(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
(iii) valor previsto no plano caso as metas estabelecidas sejam atendidas	-	-	-	-
(iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos três últimos exercícios sociais	-	-	-	-
d. em relação à participação no resultado	-	-	-	-
(i) valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
(iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
(iv) valor efetivamente reconhecido nos três últimos exercícios sociais.	-	-	-	-

Remuneração Variável reconhecida no Exercício de 2012 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de	Diretoria	Conselho	Total³

³ Em razão da situação de crise econômico-financeira do grupo Rede Energia, do qual a Companhia faz parte, o número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária sofreu substancial variação ao longo do exercício social.

	Administração	Estatutária	Fiscal	
b. Número de Membros	9	8	5	22
c.. em relação ao Bônus	-	200.000,00	-	200.000,00
(i) valor mínimo no plano de remuneração	-	-	-	-
(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
(iii) valor previsto no plano caso as metas estabelecidas sejam atendidas	-	-	-	-
(iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos três últimos exercícios sociais	-	-	-	-
d. em relação à participação no resultado	-	-	-	-
(i) valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
(iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
(iv) valor efetivamente reconhecido nos três últimos exercícios sociais.	-	-	-	-

Remuneração Variável reconhecida no Exercício de 2013 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	2	2	3	8
c.. em relação ao Bônus	-	-	-	-
(i) valor mínimo no plano de remuneração	-	-	-	-
(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
(iii) valor previsto no plano caso as metas estabelecidas sejam atendidas	-	-	-	-
(iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos três últimos exercícios sociais	-	-	-	-
d. em relação à participação no resultado	-	-	-	-
(i) valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
(iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
(iv) valor efetivamente reconhecido nos três últimos	-	-	-	-

exercícios sociais.				
---------------------	--	--	--	--

Remuneração Variável prevista para o Exercício de 2014 (R\$)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	5	3	3	11
c.. em relação ao Bônus	-	-	-	-
(i) valor mínimo no plano de remuneração	-	-	-	-
(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
(iii) valor previsto no plano caso as metas estabelecidas sejam atendidas	-	-	-	-
(iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos três últimos exercícios sociais	-	-	-	-
d. em relação à participação no resultado	-	-	-	-
(i) valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
(ii) valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
(iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-
(iv) valor efetivamente reconhecido nos três últimos exercícios sociais.	-	-	-	-

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Resposta: A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Ações detidas pelos Administradores em 31 de dezembro de 2013.						
<i>Sociedade</i>	<i>Conselho de Administração</i>		<i>Conselho Fiscal</i>		<i>Diretoria Estatutária</i>	
Companhia	ON	141.179	ON	15	ON	170.979
	PN	765	PN	10	PN	765
<u>Controladoras</u>						
EEVP	ON	3.663.227	ON	0	ON	11
	PN	5	PN	0	PN	0
DENERGE	ON	91.855.080	ON	0	ON	91.855.080
	PN	23.369.130	PN	0	PN	3.631.373
<u>Controladas</u>						
CEMAT	ON	93	ON	0	ON	93
	PN	1	PN	0	PN	2
ENERSUL	ON	4	ON	0	ON	1

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Resposta: A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Resposta: A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Resposta: A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Resposta: A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Resposta: A Companhia não possui plano de previdência conferidos aos administradores da Companhia.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

**Em relação ao Exercício de 2011 (Valores Anuais):
Conselho de Administração**

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
9	180.000,00	90.000,00	107.370,37

Diretoria Estatutária

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
8	240.000,00	30.000,00	159.607,29

Conselho Fiscal

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
5	33.600,00	33.600,00	33.600,00

**Em relação ao Exercício de 2012 (Valores Anuais):
Conselho de Administração**

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
9 ⁴	120.000,00	66.000,00	93.000,00

⁴ Em razão da situação de crise econômico-financeira do grupo Rede Energia, do qual a Companhia faz parte, o número de membros do Conselho de Administração sofreu substancial variação ao longo do exercício social.

Diretoria Estatutária

Nº Membros ⁵	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
8	360.000,00	240.000,00	300.000,00

Conselho Fiscal

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
5	36.000,00	36.000,00	36.000,00

Em relação ao Exercício de 2013 (Valores Anuais):

Conselho de Administração

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
2	132.000,00	132.000,00	132.000,00

Diretoria Estatutária

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
2	-	-	-

Conselho Fiscal

Nº Membros	Valor da Maior Remuneração Individual	Valor da Menor Remuneração Individual	Valor Médio de Remuneração Individual
3	59.400,00	59.400,00	59.400,00

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Resposta: Não aplicável.

⁵ Em razão da situação de crise econômico-financeira do grupo Rede Energia, do qual a Companhia faz parte, o número de membros da Diretoria Estatutária sofreu substancial variação ao longo do exercício social.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Órgão	2011
Conselho de Administração	14,90%
Diretoria Estatutária	20,17%
Conselho Fiscal	42,86%

Órgão	2012
Conselho de Administração	100%
Diretoria Estatutária	100%
Conselho Fiscal	42,86%

Órgão	2013
Conselho de Administração	100%
Diretoria Estatutária	100%
Conselho Fiscal	42,86%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Resposta: Não aplicável.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Resposta:

Remuneração reconhecida no resultado de controladores comum do exercício de 2011 (R\$)				
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul - Enersul	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração Global	108.000,00	1.140.000,00	-	1.248.000,00



Centrais Elétricas do Pará S.A.- Celpa	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração Global	168.000,00	1.129.166,66	72.000,00	1.369.166,66
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração Global	252.000,00	730.000,00	42.2000,00	1.024.200,00

Obs: Em razão dos efeitos da Medida Provisória n.º 577 de 29/8/2012 e das Resoluções Autorizativas ANEEL n.ºs 3.647, 3.648, 3.649, 3.650, 3.651, 3.652, 3.653 e 3.654 de 31/8/2012, não foi possível consolidar as informações referentes ao exercício de 2012 e 2013.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Resposta: Não aplicável



ANEXO III - COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA

(conforme item 10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009)

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Rede Energia S.A. - Em recuperação judicial ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Capital do Estado de São Paulo, controlada diretamente pela Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. – em Recuperação Judicial. A Companhia é uma sociedade holding na qual eram consolidadas as informações financeiras de outras sociedades do Grupo Energia, representadas por nove distribuidoras de energia elétrica, uma geradora, uma comercializadora e uma prestadora de serviços. A partir do exercício social findo em 31.12.2012, em razão dos fatos ocorridos durante aquele ano, especialmente a decretação da intervenção administrativa da ANEEL, e de acordo com as práticas contábeis aplicáveis ao caso, deixamos de apresentar as informações contábeis consolidadas, pois a Companhia deixou de exercer controle efetivo sobre suas controladas.

A seguir descrevemos os principais fatos ocorridos nos três últimos exercícios sociais, responsáveis por afetar as condições financeiras e patrimoniais gerais da Companhia e do Grupo Rede Energia.

Planos de Recuperação ANEEL – Intervenção administrativa em concessionárias de energia elétrica controladas pela Companhia

No dia 31/8/2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL decretou a intervenção administrativa nas seguintes sociedades controladas pela Companhia: Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT, Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL, Companhia de Força e Luz do Oeste – CFLO, Caiuá Distribuição de Energia S.A. – CAIUÁ, Empresa Elétrica Bragantina S.A. – EEB, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. – EDEVP e Companhia Nacional de Energia Elétrica – CNEE.



A intervenção foi originalmente decretada pelo prazo de 1 (um) ano. Em 20/8/2013, entretanto, foi prorrogada por mais 2 (dois) anos. A intervenção poderá ser interrompida a qualquer momento, tão logo seja definida a situação das referidas concessionárias.

Em cumprimento às disposições da MP n.º 577/12, vigente à época em que foram decretadas as intervenções e posteriormente convertida na Lei n.º 12.767/12, a Companhia, na qualidade de acionista controladora das sociedades sob intervenção, aprovou, durante o mês de outubro de 2012, em assembleias gerais extraordinárias realizadas em cada uma das sociedades sob intervenção, bem como em assembleia geral extraordinária da própria Companhia, os respectivos planos de recuperação requeridos pela ANEEL.

Os referidos planos de recuperação foram devidamente apresentados à ANEEL e atualizados de tempos em tempos, de acordo com a evolução das negociações para eventual alienação do controle societário da Companhia, e do grupo Rede Energia, conforme continuamente divulgado ao mercado.

A última atualização dos planos de recuperação e correção das falhas e transgressões das concessionárias foi apresentada em 01/10/2013. Em 17/12/2013, a ANEEL aprovou os planos de recuperação apresentados pelas distribuidoras, conforme Resolução Autorizativa n.º 4.463 da mesma data.

Desconsolidação das demonstrações financeiras da Companhia

	Atividade	Percentual de participação %	
		31/12/2013	31/12/2012
Participação direta:			
Empresa Elétrica Bragançã S.A.	Distribuição (a)	91,45	91,45
Companhia Nacional de Energia Elétrica	Distribuição (a)	98,69	98,69
Companhia Força e Luz do Oeste	Distribuição (a)	97,70	97,70
Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	Distribuição (a)	50,86	50,86
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	Distribuição (a)	39,92	39,92
QMRA Participações S.A. – em Recuperação Judicial	Holding (b)	100,00	100,00
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	Distribuição (a)	60,16	60,16
Tangará Energia S.A.	Geração (b)	100,00	100,00
Rede Power do Brasil S.A.	Holding (b)	99,98	99,98
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	Distribuição (a)	100,00	100,00
Empresa de Distrib. de Energia Vale Paranapanema S.A.	Distribuição (a)	100,00	100,00
Companhia Técnica de Comercialização de Energia – em Recuperação Judicial	Comerc. Energia (b)	99,60	99,60
Rede de Eletricidade e Serviços S.A.	Serviços (b)	99,50	99,50
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A.	Agrícola (b)	60,48	60,48
Participação indireta (relativa):			
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	Distribuição (a)	39,77	39,77

(a) Concessionárias em intervenção administrativa

(b) Sociedades não sujeitas a intervenção administrativa



Conforme já mencionado, por meio da Medida Provisória n.º 577 de 29/8/2012 e das Resoluções Autorizativas ANEEL n.ºs 3.647, 3.648, 3.649, 3.650, 3.651, 3.652, 3.653 e 3.654 de 31/8/2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) determinou a intervenção administrativa nas distribuidoras controladas pela Rede Energia.

A esse respeito os itens 25 e 26 do CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (Deliberação CVM 668, de 9/8/2011), trazem as seguintes redações:

“A controladora pode perder o controle sobre uma controlada com ou sem uma mudança no nível de propriedade absoluta ou relativa. Isso pode ocorrer, por exemplo, quando a controlada torna-se sujeita ao controle de governo, tribunal, administrador ou órgão regulador. A perda de controle também pode ocorrer com o resultado de acordo contratual”.

“Desreconhecer os ativos (incluindo o ágio por expectativa de rentabilidade futura – goodwill) e os passivos da controlada pelos seus valores contábeis na data em que o controle for perdido;”

“Desreconhecer o valor contábil de qualquer participação de não controladores na ex-controlada, na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes reconhecidos diretamente no patrimônio líquido e atribuíveis aos não controladores).”

Em atendimento ao item 20 do CPC 18 (R2) – Investimento em coligada e em controlada (Deliberação CVM n.º 696 de 18/12/2012), na perda do controle das empresas distribuidoras de energia elétrica que estão sob intervenção do Poder Concedente, a Companhia reclassificou seus investimentos para a rubrica “Ativos financeiros – investimentos” classificados como disponíveis para venda.

As controladas não sujeitas à intervenção administrativa do Órgão Regulador permanecem avaliadas pelo método da equivalência patrimonial e foram desconsolidadas a partir do exercício social findo em 31.12.2012.



De acordo com o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis – item 20, a Administração concluiu que as demonstrações contábeis apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa, e que também aplicou os Procedimentos Técnicos, Interpretações e Orientações do CPC aplicáveis, exceto pela não aplicação do CPC 36 (R3) que trata de Demonstrações Consolidadas.

A opção por desconsolidar as controladas não sujeitas a intervenção se deu em virtude da utilidade restrita que a consolidação delas poderia trazer em benefício à maior compreensibilidade pelos *stakeholders* da situação patrimonial e financeira da Companhia, face a não representatividade dos valores para possível tomada de decisão.

Recuperação Judicial da Companhia

Em 23/11/2012, a Companhia publicou fato relevante, pelo qual informou que havia ajuizado, na Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei n.º 11.101/05. Nessa mesma data, foram ajuizados também, conjuntamente, os pedidos de recuperação judicial da Companhia Técnica de Comercialização de Energia – CTCE, da QMRA Participações S.A. – QMRA, da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. – EEVP e da Denerge Desenvolvimento Energético S.A. – Denerge, sociedades pertencentes ao Grupo Rede Energia.

A despeito dos esforços da administração junto a credores, clientes e potenciais investidores, o pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da situação de crise econômico-financeira da Companhia, da CTCE, da QMRA, da EEVP e da Denerge.

A medida visou a proteger o valor dos ativos dessas sociedades, atender de forma organizada e racional os interesses da coletividade dos credores da Companhia, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades, em especial no que se refere à gestão pela Companhia de participações majoritárias em diversas concessionárias de distribuição de energia elétrica, ora sob intervenção governamental.

Em 19/12/2012, foi deferido pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Capital do Estado de São Paulo, o processamento da recuperação judicial da Companhia.



O pedido de recuperação judicial da Companhia foi distribuído sob nº 0067341-20.2012.8.26.0100 – Recuperação Judicial, perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo.

Em 15/3/2013, o plano de recuperação judicial das recuperandas foi apresentado, dentro do prazo legal, para ser submetido à deliberação das assembleias gerais de credores das empresas. O plano de recuperação judicial da Companhia encontra-se disponível para consulta na página eletrônica da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

Em 05/07/2013, a Energisa S.A. apresentou ao controlador do Grupo Rede uma proposta firme de aquisição das ações representativas do controle do grupo, sujeita a condições equivalentes às aquelas previstas no Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, celebrado, em 19/12/2012, com a Equatorial Energia S.A. e CPFL Energia S.A.. Na mesma data, em assembleia geral de credores, e com o consentimento da Equatorial Energia S.A. e da CPFL Energia S.A., foi submetida à votação pelos credores nova versão do plano de recuperação judicial da Companhia e de outras sociedades relacionadas, com modificações embasadas na proposta apresentada pela Energisa S.A..

Em 05/07/2013, também foi rescindido o compromisso celebrado com a Equatorial Energia S.A. e com a CPFL Energia S.A.. O compromisso previa a alienação de ações representativas do controle do Grupo Rede a essas duas sociedades e sua eficácia estava sujeita à verificação, até 30/06/2013, de determinadas condições suspensivas. Dentre tais condições suspensivas, havia a aprovação de plano de recuperação judicial da Companhia em termos aceitáveis para a Equatorial Energia S.A. e para a CPFL Energia S.A., o que não se verificou.

Em 09/09/2013, o juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais proferiu decisão por meio da qual homologou o plano de recuperação judicial votado em assembleia geral de credores.

Atualmente, ainda pendem de julgamento alguns recursos apresentados por determinados credores contra a homologação da aprovação do plano de recuperação judicial.

Acordos para transferência do controle societário indireto da Companhia

A Companhia publicou fato relevante em 19/12/2012, por meio do qual informou a seus acionistas e ao mercado que foi celebrado, naquela data, Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, entre, de um lado, Equatorial Energia S.A. e CPFL Energia S.A. e, de



outro lado, o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Junior, pelo qual este último, mediante a verificação de determinadas condições precedentes, comprometeu-se a transferir a totalidade de suas ações de emissão das sociedades J.Q.M.J. Participações S.A., BBPM Participações S.A., Denerge, EEVP e Rede Energia.

Em 05/07/2013, o compromisso celebrado com a Equatorial Energia S.A. e CPFL Energia S.A. foi rescindido, uma vez que as condições suspensivas não se verificaram no prazo determinado nem em termos aceitáveis para a Equatorial Energia S.A. e para a CPFL Energia S.A.

Em 11/07/2013, a Companhia divulgou fato relevante, por meio do qual informou que havia sido celebrado, naquela data, Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre, de um lado, Energisa S.A. e, de outro lado, o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Junior, que em grande medida substituiu o Compromisso outrora celebrado com a Equatorial Energia S.A. e com a CPFL Energia S.A.. Dessa forma, no compromisso assinado com a Energisa S.A. o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Junior comprometeu se a, desde que verificadas determinadas condições precedentes, transferir a totalidade de suas ações de emissão da Companhia e das sociedades J.Q.M.J. Participações S.A., BBPM Participações S.A., Denerge e EEVP. Tais participações societárias conferirão à Energisa S.A. o controle indireto da Companhia e, por consequência, das demais sociedades do Grupo Rede, inclusive das distribuidoras de energia elétrica ora sob intervenção da ANEEL.

Em contrapartida, a Energisa comprometeu-se, entre outras obrigações, e uma vez verificadas as condições precedentes aplicáveis, a realizar aportes de novos recursos na Companhia e no grupo, de forma a cumprir os planos de recuperação das distribuidoras de energia elétrica sob intervenção, apresentados à ANEEL.

A referida operação foi aprovada pelo CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica em 16/10/2013, sem restrições, e pela ANEEL, conforme Resolução Autorizativa nº 4.510 de 28/1/2014. Em sua decisão, a ANEEL determinou que a operação deverá ser implementada até o dia 15/4/2014.

Recuperação judicial e transferência do controle da CELPA

A Centrais Elétricas do Pará S.A. – Celpa ajuizou, em 28/2/2012, pedido de Recuperação Judicial, nos termos da Lei n.º 11.101/2005. A medida teve por objetivo proteger o valor dos ativos da



Controlada, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades.

Em 27/6/2012 a Companhia e a QMRA Participações S.A. – em Recuperação Judicial receberam da Equatorial Energia S.A. proposta formal para investimento na Controlada.

Em 1/9/2012 o plano de recuperação judicial da Celpa foi aprovado. O Plano de Recuperação Judicial consolidado e aprovado, bem como todos os demais documentos pertinentes ao processo em questão estão disponíveis para consulta na página eletrônica da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

No dia 1/11/2012, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado entre a Companhia, a QMRA Participações S.A – em Recuperação Judicial e a Equatorial Energia S.A., e conforme informado pela Companhia em Avisos de Fato Relevante divulgados ao longo dos meses de setembro a novembro de 2012, a Equatorial Energia S.A. adquiriu, pelo valor total de R\$ 1,00 (um real), 39.179.397 ações de emissão da CELPA, sendo 38.717.480 ações ordinárias e 461.917 ações preferenciais, representativas de uma participação de 65,18% do capital votante e 61,37% do capital social total da CELPA.

Endividamento Financeiro

Análise do endividamento financeiro do exercício social encerrado em 31.12.2013 em comparação com o exercício social encerrado em 31.12.2012.

O saldo da conta empréstimos, financiamentos, debêntures, leasing e encargos da dívida passou de R\$ 1.476,5 milhões em 2012 para R\$ 1.521,2 milhões em 2013, representando aumento de 3,02% (R\$ 44,7 milhões), dos quais 68,4% são dívidas em moeda nacional e 31,6% em moeda estrangeira. Essa variação foi principalmente ocasionada pela valorização da cotação do dólar no exercício de 2013 de 14,6%. Os saldos de endividamento da Companhia poderão sofrer ajustes, a depender do desfecho de seu processo de recuperação judicial e do andamento do processo de transferência do controle da Companhia.



Análise do endividamento financeiro do exercício social encerrado em 31.12.2012 em comparação com o exercício social encerrado em 31.12.2011.

O saldo da conta empréstimos, financiamentos, debêntures, leasing e encargos da dívida passou de R\$ 1.880,7 milhões em 2011 para R\$ 1.476,5 milhões em 2012, representando uma redução de 27,4% (R\$ 404,2 milhões), dos quais 71,5% são dívidas em moeda nacional e 28,5% em moeda estrangeira. Essa variação foi principalmente ocasionada pela redução de 45,5% (R\$ 351,9 milhões) do saldo líquido dos bônus perpétuos e ainda uma redução de 4,7% (R\$ 52,3 milhões) no saldo de empréstimos em capital de giro. O saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures, leasing e encargos a curto e longo prazo estão representados por 67,4% (R\$ 996,6 milhões) e 32,5% (R\$ 479,9 milhões) respectivamente, enquanto que em 2011 o percentual era de 34,7% (R\$ 652,2 milhões) e 65,4% (1.228,5 milhões), observando-se um acréscimo acentuado em saldos devidos a curto prazo.

Análise do endividamento financeiro do exercício social encerrado em 31.12.2011 em comparação com o exercício social encerrado em 31.12.2010.

O saldo da conta empréstimos, financiamentos, debêntures, leasing e encargos da dívida da Companhia passou de R\$1.791,9 milhões em 2010 para R\$1.880,7 milhões em 2011, representando um aumento de 5,0% (R\$88,8 milhões), dos quais 58,9% são dívidas em moeda nacional e 41,1% em moeda estrangeira. Essa variação foi principalmente devida a aumento de 29,9% (R\$140,8 milhões) no saldo do capital de giro, parcial e positivamente compensado pela redução de R\$37,7 milhões no saldo líquido dos bônus perpétuos (saldo dos bônus menos marcação a mercado). O saldo desses empréstimos, financiamentos, debêntures, leasing e encargos, líquido de caixa e equivalentes passou de R\$1.769,0 milhões em 2010 para R\$1.802,7 milhões em 2011, representando um aumento de 1,9% (R\$33,8 milhões).

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

O capital social da Companhia é de R\$ 1.343.973.941,34 (um bilhão, trezentos e quarenta e três milhões, novecentos e setenta e três mil, novecentos e quarenta e um reais e trinta e quatro centavos), integralmente subscrito e integralizado e dividido em 426.591.684 (quatrocentos e vinte e seis milhões, quinhentos e noventa e um mil, seiscentos e oitenta e quatro) ações nominativas, escriturais, sem valor nominal, sendo 294.109.630 (duzentas e noventa e quatro milhões, cento e nove mil, seiscentos e trinta) ações ordinárias e 132.482.054 (cento e trinta e dois milhões,



quatrocentos e oitenta e dois mil e cinquenta e quatro) ações preferenciais, distribuído entre os principais acionistas da seguinte forma:

Acionistas	Número de ações em milhares					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Emp. de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. – em Recuperação Judicial	243.735	82,87	47.380	35,76	291.115	68,24
Denerge - Desenvolvimento Energético S.A. – em Recuperação Judicial	43.614	14,83	6.680	5,04	50.294	11,79
Outros	6.761	2,30	78.422	59,20	85.183	19,97
	294.110	100,00	132.482	100,00	426.592	100,00

Estrutura de capital da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013

Até esta data, o processo de recuperação judicial continua em andamento e a Companhia aguarda a homologação final pelo juízo competente para permitir a tomada das decisões necessárias para o fortalecimento de capital e operacionalização da Companhia. Em 31/12/2013, o patrimônio líquido era negativo em R\$ 226,9 milhões.

Estrutura de capital da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012

Em razão das dificuldades econômico-financeiras enfrentadas pela Companhia, que culminaram com o ajuizamento do pedido de recuperação judicial em 23/11/2012, a Companhia não fez novas capitalizações e o patrimônio líquido ao final do exercício ficou negativo em R\$ 47,6 milhões.

Estrutura de capital da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentou a seguinte composição de capital: (i) 21,2% de capital próprio (ou seja, patrimônio líquido dividido pelo ativo total) e (ii) 78,8% de capital de terceiros (ou seja, a soma do passivo circulante com o passivo não circulante dividido pelo ativo total).

- i. hipóteses de resgate**
- ii. fórmula de cálculo do valor de resgate**

Não há possibilidade de resgates de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.



c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Não houve alteração significativa na capacidade de pagamento da Companhia durante o exercício social encerrado em 31.12.2013.

A apresentação do pedido de Recuperação Judicial demonstra que a Companhia vem encontrando dificuldades para manter sua capacidade de pagamento dos compromissos financeiros vigentes. No âmbito de seu processo de Recuperação Judicial, a Companhia vem negociando o equacionamento de suas dívidas com credores, bem como a transferência do controle do Grupo.

Apesar disso, a administração da Companhia tem a expectativa de que, caso a transferência do controle societário do Grupo Rede Energia para a Energisa S.A. seja concluída com sucesso, o novo investidor será capaz de aportar os recursos necessários para normalizar a capacidade de pagamento da Companhia.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Não houve alteração significativa nas fontes de financiamentos para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes pela Companhia durante o exercício social encerrado em 31.12.2013.

Devido aos mesmos fatores que levaram a Companhia a apresentar o seu pedido de Recuperação Judicial, e em razão do próprio processo de Recuperação Judicial, não foram concedidos financiamentos relevantes para investimentos durante o exercício social encerrado em 31.12.2013.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não houve alteração significativa nas fontes de financiamentos para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes, para utilização para cobertura de deficiência de liquidez, pela Companhia no exercício social encerrado em 31.12.2013.

Devido aos mesmos fatores que levaram a companhia a apresentar o seu pedido de Recuperação Judicial, e em razão do próprio processo de Recuperação Judicial, não estão previstas novas captações de recursos a título de financiamento.



f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Exercício social encerrado em 31.12.2013 em comparação com o exercício social encerrado em 31.12.2012:

O saldo da conta empréstimos, financiamentos, debêntures, leasing e encargos da dívida passou de R\$ 1.476,5 milhões em 2012 para R\$ 1.521,2 milhões em 2013, representando aumento de 3,02% (R\$ 44,7 milhões), dos quais 68,4% são dívidas em moeda nacional e 31,6% em moeda estrangeira. Essa variação foi principalmente ocasionada pela valorização da cotação do dólar no exercício de 2013 de 14,6%.

O saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures, leasing e encargos a curto e longo prazo estão representados por 64,5% (R\$ 981,9 milhões) e 35,5% (R\$ 539,2 milhões), respectivamente, enquanto que em 2012 o percentual era de 67,4% (R\$ 996,6 milhões) e 32,5% (R\$ 479,9 milhões), observando-se um acréscimo total de R\$ 44,6 milhões, resultante da variação cambial observada no período.

Os saldos de endividamento da Companhia poderão sofrer ajustes, a depender do desfecho de seu processo de recuperação judicial e do andamento do processo de transferência de controle da Companhia.

Exercício social encerrado em 31.12.2012 em comparação com o exercício social encerrado em 31.12.2011:

O saldo da conta empréstimos, financiamentos, debêntures, leasing e encargos da dívida passou de R\$ 1.880,7 milhões em 2011 para R\$ 1.476,5 milhões em 2012, representando uma redução de 27,4% (R\$ 404,2 milhões), dos quais 71,5% são dívidas em moeda nacional e 28,5% em moeda estrangeira. Essa variação foi principalmente ocasionada pela redução de 45,5% (R\$ 351,9 milhões) do saldo líquido dos bônus perpétuos e ainda uma redução de 4,7% (R\$ 52,3 milhões) no saldo de empréstimos em capital de giro.

O saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures, leasing e encargos a curto e longo prazo estão representados por 67,4% (R\$ 996,6 milhões) e 32,5% (R\$ 479,9 milhões) respectivamente, enquanto que em 2011 o percentual era de 34,7% (R\$ 652,2 milhões) e 65,4% (1.228,5 milhões), observando-se um acréscimo acentuado em saldos devidos a curto prazo.



Exercício social encerrado em 31.12.2011 em comparação com o exercício social encerrado em 31.12.2010:

O saldo da conta empréstimos, financiamentos, debêntures, leasing e encargos da dívida da Companhia passou de R\$1.791,9 milhões em 2010 para R\$1.880,7 milhões em 2011, representando um aumento de 5,0% (R\$88,8 milhões), dos quais 58,9% são dívidas em moeda nacional e 41,1% em moeda estrangeira. Essa variação foi principalmente devida a aumento de 29,9% (R\$140,8 milhões) no saldo do capital de giro, parcial e positivamente compensado pela redução de R\$37,7 milhões no saldo líquido dos bônus perpétuos (saldo dos bônus menos marcação a mercado). O saldo desses empréstimos, financiamentos, debêntures, leasing e encargos, líquido de caixa e equivalentes passou de R\$1.769,0 milhões em 2010 para R\$1.802,7 milhões em 2011, representando um aumento de 1,9% (R\$33,8 milhões).

f.1 contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Debêntures

Distribuição pública de 370.000 (trezentas e setenta mil) debêntures simples da 4ª emissão, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária com garantia fidejussória, em série única, de emissão da Rede Energia S.A. – em Recuperação Judicial com valor nominal de R\$ 1,00 perfazendo o montante de R\$ 370.000,00. A emissão foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 23/10/2009 e a oferta foi registrada na CVM em 22/12/2009, sob o nº CVM/SER/DEB/2009/025. A remuneração das debêntures é de CDI mais 3,4% a.a., e o pagamento feito semestralmente, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em junho/2010 e o último pagamento em dezembro/2014. A amortização das debêntures será realizada em 6 (seis) parcelas semestrais iguais no valor de R\$ 61.666, sendo que o primeiro vencimento ocorrerá em junho/2012 e o último em dezembro/2014.

Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 5/6/2012 foi aprovada a celebração do segundo aditamento à Escritura de Emissão, alterando a data de vencimento das Debêntures para 23/6/2016. A amortização das debêntures será realizada em 6 (seis) parcelas semestrais iguais no valor de R\$ 61.666, sendo que o primeiro vencimento ocorrerá em dezembro/2013 e o último em junho/2016. Esta operação tinha uma taxa efetiva de 3,697% a.a em função dos custos de transação pagos antecipadamente e apropriados ao resultado mensalmente, conforme deliberação CVM nº 556/2008. Em virtude da alteração do vencimento, a taxa efetiva desta operação passou a ser de



3,56%. Durante o exercício findo em 31/12/2012 foram amortizados em R\$ 609. Os recursos obtidos por meio destas emissões serão destinados ao refinanciamento de obrigações financeiras, reforço do capital de giro e investimentos.

Em virtude da Recuperação Judicial, todos os pagamentos estão atualmente suspensos.

Bônus Perpétuos

Emissão no montante de US\$ 575.000, tendo sido recomprado um montante de US\$ 78.404 (13,64 % do montante emitido) com deságio de 47,11%. O bônus foi emitido com uma taxa de 11,125% ao ano, com pagamentos trimestrais, não possuindo data de vencimento, e poderão, por opção da Companhia, serem resgatados a partir de 2/2/2012, em qualquer data de pagamento de juros pelo valor do principal. O bônus é negociado na Luxembourg Stock Exchange (Bolsa de Valor de Luxemburgo) e apresenta liquidez. Os títulos da Companhia eram negociados com um percentual de desconto de 64,475% em 22/11/2012 (17% em 31/12/2011).

Em virtude da Recuperação Judicial, todos os pagamentos estão atualmente suspensos.

No caso de efetiva implementação do Plano de Recuperação Judicial da Companhia, a estrutura e condições das dívidas deverão ser substancialmente alteradas.

Em 2013 não foram celebrados outros contratos de empréstimos e financiamentos no âmbito da Companhia.

f.2 outras relações de longo prazo com instituições financeiras

BNDES

Contratos para investimentos em geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, sobre os quais incidem juros à taxa média ponderada de 4,08% ao ano acima da TJLP, com vencimento final em setembro/2016.



f.3 grau de subordinação entre as dívidas

Exercício social encerrado em 31.12.2013

O saldo da conta empréstimos, financiamentos, debêntures, leasing e encargos da dívida passou de R\$ 1.476,5 milhões em 2012 para R\$ 1.521,2 milhões em 2013, representando aumento de 3,02% (R\$ 44,7 milhões), dos quais 68,4% são dívidas em moeda nacional e 31,6% em moeda estrangeira. Essa variação foi principalmente ocasionada pela valorização da cotação do dólar no exercício de 2013 de 14,6%.

O saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures, leasing e encargos a curto e longo prazo estão representados por 64,5% (R\$ 981,9 milhões) e 35,5% (R\$ 539,2 milhões), respectivamente, enquanto que em 2012 o percentual era de 67,4% (R\$ 996,6 milhões) e 32,5% (R\$ 479,9 milhões), observando-se um acréscimo total de R\$ 44,6 milhões, resultante da variação cambial observada no período.

Os saldos de endividamento da Companhia poderão sofrer ajustes, a depender do desfecho de seu processo de recuperação judicial e do andamento do processo de transferência de controle da Companhia.

Exercício social encerrado em 31.12.2012

O saldo da conta empréstimos, financiamentos, debêntures, leasing e encargos da dívida passou de R\$ 1.880,7 milhões em 2011 para R\$ 1.476,5 milhões em 2012, representando uma redução de 27,4% (R\$ 404,2 milhões), dos quais 71,5% são dívidas em moeda nacional e 28,5% em moeda estrangeira. Essa variação foi principalmente ocasionada pela redução de 45,5% (R\$ 351,9 milhões) do saldo líquido dos bônus perpétuos e ainda uma redução de 4,7% (R\$ 52,3 milhões) no saldo de empréstimos em capital de giro.

O saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures, leasing e encargos a curto e longo prazo estão representados por 67,4% (R\$ 996,6 milhões) e 32,5% (R\$ 479,9 milhões) respectivamente, enquanto que em 2011 o percentual era de 34,7% (R\$ 652,2 milhões) e 65,4% (1.228,5 milhões), observando-se um acréscimo acentuado em saldos devidos a curto prazo.



Exercício social encerrado em 31.12.2011

O saldo do endividamento financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2011 era de R\$1.880,7 milhões, cujas garantias estão assim segmentadas: (i) 0,3% desse total está garantido por recebíveis da sua subsidiária REDECOM; (ii) 4,9% estão garantidos por aval dos acionistas controladores, Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. e Denerge-Desenvolvimento Energético S.A. e também por recebíveis da REDECOM; (iii) 53,7% estão garantidos por aval dos acionistas controladores; e (iv) 41,1% do endividamento financeiro está sem garantias (“clean”).

O grau de subordinação das dívidas, em relação às suas garantias, será sempre real, flutuante e quirográfica, excetuando-se outras legalmente previstas.

f.4 eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Atualmente a Companhia está em Recuperação Judicial, sem qualquer perspectiva para a contratação de novas dívidas e também impedida de realizar qualquer distribuição de dividendos. No âmbito do processo de Recuperação Judicial, a Companhia busca renegociar suas dívidas e eventuais restrições impostas pelos credores de modo a permitir a superação da crise econômico-financeira por que passa o Grupo Rede Energia.

Com relação à alienação de ativos e/ou controle acionário, existe hoje um compromisso de investimento e compra e venda de ações em vigor, celebrado entre o controlador do Grupo Rede Energia e a Energisa S.A., conforme descrito no tópico 10.1 item a, acima.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os financiamentos já contratos foram integralmente utilizados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A seguir, analisamos as principais alterações dos resultados financeiros e patrimoniais da Companhia.



Análise dos resultados financeiros do exercício social encerrado em 31.12.2013 em comparação com o exercício social encerrado em 31.12.2012.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro de 2013 não pode ser seguramente comparado com o resultado financeiro de 2012, uma vez que todas as dívidas da Companhia estão suspensas em razão do processo de recuperação judicial. Por esse motivo não há constituição de encargos financeiros que antes incidiam sobre os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, exceto a dívida em moeda estrangeira do Bônus Perpétuo que ainda vem sendo atualizada pela cotação do US\$.

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receitas financeiras:		
Renda de aplicação financeira	180	4.333
Mútuo com partes relacionadas	1	43.727
Juros ativos	4.515	3.167
Variação monetária e cambial	287.837	126.521
Ajuste marcação a mercado	-	682.147
Operações de swap		10.528
Outras receitas financeiras	409	6.129
Total das receitas financeiras	<u>292.942</u>	<u>876.552</u>
Despesas financeiras:		
Encargos de dívidas		
Moeda nacional	-	(118.688)
Moeda estrangeira	-	(93.676)
Mútuo com partes relacionadas	(141)	(43.545)
Subtotal	<u>(141)</u>	<u>(255.909)</u>
Variações monetárias		
Moeda nacional	-	(1.263)
Moeda estrangeira	(347.250)	(211.145)
Subtotal	<u>(347.250)</u>	<u>(212.408)</u>
Juros / multas	(94)	(2.307)



Ajuste marcação a mercado		(233.140)
	-	
Operações de swap	-	(3.700)
Provisão para perda de participação societária	-	(112.624)
Outras despesas financeiras	(241)	(5.644)
Total das despesas financeiras	(347.726)	(825.732)
Resultado financeiro	(54.784)	50.820

Resultado de Participações societárias

A Companhia obtém sua receita a partir dos resultados de suas controladas. Em 2013, o resultado de participações societárias foi uma despesa de R\$ 150.606 milhões contra uma despesa de R\$ 554.329 milhões em 2012.

Essa variação deu-se em razão da evolução dos resultados de suas subsidiárias e pelo fato de a Companhia não considerar os resultados das sociedades que estão sob intervenção administrativa da ANEEL, conforme demonstrado abaixo (valores em R\$ mil):

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Controladas:		
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	-	(1.164)
Companhia Nacional de Energia Elétrica	-	(777)
Companhia Força e Luz do Oeste	-	(1.437)
Cia. de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	-	1.830
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	-	5.159
QMRA Participações S.A.	(2.121)	(401.628)
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	-	(25.422)
Tangará Energia S.A.	4.975	(12.530)
Rede Power do Brasil S.A.	(14.431)	9.506
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	-	(38.412)
Emp. de Distrib. de Energia Vale Parapanema S.A.	-	(3.832)
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	-	38.985
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	(124.661)	(27.240)
Rede de Eletricidade e Serviço S.A.	332	1.431
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A.	(596)	(569)
Subtotal	(136.502)	(456.100)
Amortização de ágio	(14.104)	(98.229)
Total	(150.606)	(554.329)



Análise dos resultados financeiros do exercício social encerrado em 31.12.2012 em comparação com o exercício social encerrado em 31.12.2011.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro em 2012 foi positivo em R\$50,8 milhões, enquanto que em 2011 apurou-se um resultado negativo de R\$ 202,5 milhões.

As principais explicações da variação verificada são as seguintes: a) a variação cambial negativa em 2011 foi menor quer a apurada em 2010 em R\$ 20,8 milhões, ocasionada pela variação menor da cotação do US\$ em 2012 (8,9%) comparado com 2011 (12,6%); b) o ajuste de marcação a mercado positiva do Bônus Perpétuo teve um acréscimo de R\$ 305,7 milhões em 2012 comparado com o ano anterior, em razão da diminuição da cotação do Bônus Perpétuo em torno de 43%; c) encargos de dívidas em moeda nacional teve uma redução R\$ 37,7 milhões em 2011, comparado com o ano anterior devido a congelamento dos saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures em decorrência da recuperação judicial da companhia a partir de 22.11.2012. d) R\$ 112,6 milhões, refere-se ao reconhecimento de provisão para perdas sobre os ágios pagos na aquisição de algumas controladas, pelo fato de as mesmas se encontrarem sob intervenção a partir de 31/8/2012.

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Receitas financeiras:		
Renda de aplicação financeira	4.333	7.817
Mútuo com partes relacionadas	43.727	58.493
Juros ativos	3.167	33.271
Variação monetária e cambial	126.521	145.627
Ajuste marcação a mercado	682.147	348.673
Operações de swap	10.528	3.678
Outras receitas financeiras	6.129	
		(822)
Total das receitas financeiras	<u>876.552</u>	<u>596.737</u>
Despesas financeiras:		
Encargos de dívidas		
Moeda nacional	(118.688)	(156.360)
Moeda estrangeira		(106.817)



	(93.676)	
Mútuo com partes relacionadas		
	(43.545)	(57.104)
Subtotal	(255.909)	(320.281)
Variações monetárias		
Moeda nacional		
	(1.263)	(1.648)
Moeda estrangeira	(211.145)	(251.065)
Subtotal	(212.408)	(252.713)
Juros / multas		
	(2.307)	(4.782)
Ajuste marcação a mercado	(233.140)	(205.352)
Operações de swap		
	(3.700)	(6.035)
Provisão para Perda de participação societária	(112.624)	-
Outras despesas financeiras		
	(5.644)	(10.139)
Total das despesas financeiras	(825.732)	(799.302)
Resultado financeiro	50.820	(202.565)

Resultado de Participações societárias

A Companhia obtém sua receita a partir dos resultados de suas controladas. Em 2012, o resultado de participações societárias foi uma despesa de R\$ 554.329 milhões contra uma despesa de R\$ 494.381 milhões em 2011. Essa variação deu-se razão da evolução dos resultados de suas subsidiárias, conforme demonstrado abaixo (valores em R\$ mil):



	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Controladas:		
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	(1.164)	5.107
Companhia Nacional de Energia Elétrica	(777)	7.484
Companhia Força e Luz do Oeste	(1.437)	2.807
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	1.830	16.599
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	5.159	49.344
QMRA Participações S.A.	(401.628)	(571.339)
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	(25.422)	(39.546)
Tangará Energia S.A.	(12.530)	(1.388)
Rede Power do Brasil S.A.	9.506	50.466
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	(38.412)	(46.874)
Emp. de Distrib. de Energia Vale Paranapanema S.A.	(3.832)	9.581
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	38.985	76.876
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	(27.240)	(45.508)
Rede de Eletricidade e Serviço S.A.	1.431	1.372
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A.	(569)	21
Subtotal	(456.100)	(484.998)
Amortização de ágio	(98.229)	(9.383)
Total	(554.329)	(494.381)

Análise dos resultados financeiros do exercício social encerrado em 31.12.2011 em comparação com o exercício social encerrado em 31.12.2010.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro negativo em 2011 foi reduzido em R\$ 124,5 milhões em comparação com 2010, ou seja, passou de R\$ 327,1 milhões em 2010 para R\$ 202,6 milhões em 2011.

As principais explicações das variações são as seguintes: a) o ajuste de marcação a mercado do Bonus Perpétuo em 2011 foi positivo em R\$ 143,3 milhões enquanto que em 2010 apurou-se um valor negativo de R\$ 186,6 milhões, portanto observa-se que o ajuste em 2011 gerou uma receita maior de R\$ 329,9 milhões comparado com 2010, explicado pela redução da cotação do Bonus Perpétuo em torno de 15% comparado com ano anterior ; b) variação cambial líquida apurada em 2011 foi negativa em de R\$ 107,0 milhões, enquanto que em 2010 foi positiva em R\$ 37,9 milhões, portanto apresentando uma piora de R\$ 144,9 milhões, ocasionada pelo aumento da cotação do US\$ em 2011 de 12,6% comparado com a ano anterior que foi de (4,3%); c) acréscimo de encargos de dívidas em moeda nacional no montante de R\$ 39,4 milhões, ocasionado pelas novas captações ocorridas desde 2010 (vide comentário sobre empréstimos, financiamentos e debêntures).

<u>Companhia</u>	
<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>



Receitas financeiras:

Renda de aplicação financeira	7.817	2.577
Mútuo com partes relacionadas	58.493	80.833
Juros ativos	33.271	32.775
Varição monetária	1.586	1.781
Varição cambial	144.041	158.423
Acréscimos moratórios	-	-
Ajuste a valor presente	-	-
Ajuste marcação a mercado	348.673	90.346
Operações de <i>swap</i>	3.678	-
Outras receitas financeiras		(1.042)
	(822)	
Total das receitas financeiras	596.737	365.693

Despesas financeiras:

Encargos de dívidas

Moeda nacional	(156.360)	(116.906)
Moeda estrangeira	(106.817)	(111.147)
Mútuo com partes relacionadas	(57.104)	(50.543)
Subtotal	(320.281)	(278.596)

Variações monetárias

Moeda nacional	(1.648)	(1.801)
Moeda estrangeira	(251.065)	(120.510)
Subtotal	(252.713)	(122.311)

Juros / multas	(4.782)	(1.371)
Ajuste a valor presente	-	-
Ajuste marcação a mercado	(205.352)	(276.996)
Operações de <i>swap</i>	(6.035)	-



IOF	(7.629)	(11.929)
Encargos financeiros - parcelamento Lei nº 11.941/2009	-	-
Outras despesas financeiras	<u>(2.510)</u>	<u>(1.630)</u>
Total das despesas financeiras	<u>(799.302)</u>	<u>(692.833)</u>
Resultado financeiro	<u>(202.565)</u>	<u>(327.140)</u>

Resultado de Participações societárias

A Companhia obtém sua receita a partir dos resultados de suas controladas. Em 2011, o resultado de participações societárias foi uma despesa de R\$494,318 milhões contra uma despesa de R\$47,464 milhões em 2010. Essa variação foi em razão da evolução dos resultados de suas subsidiárias, conforme demonstrado abaixo (valores em R\$ mil):

	<u>Companhia</u>	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Controlada		
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	5.107	1.973
Companhia Nacional de Energia Elétrica	7.484	6.725
Companhia Força e Luz do Oeste	2.807	12.762
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS	16.599	24.338
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT	49.344	4.993
QMRA Participações S.A.	(571.339)	(114.048)
Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA	(39.546)	(12.510)
Tangará Energia S.A.	(1.388)	(4.567)
Rede Power do Brasil S.A.	50.466	16.696
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	(46.874)	(13.373)
Emp. de Distrib. de Energia Vale Paranapanema S.A.	9.581	10.026
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL	76.876	32.101



Análise das contas patrimoniais do exercício social encerrado em 31.12.2013 em comparação com as do exercício social encerrado em 31.12.2012.

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo está representado basicamente por aplicações financeiras que corresponde a 84% (R\$ 3,3 milhões) em 31.12.2013 e 87% (R\$ 4,6 milhões) em 31.12.2012.

Títulos a receber

Está representado por valores a receber da Itamaratí Norte SA.-Agropecuária, conforme contrato de Assunção de dívidas, cessão de créditos e outras avenças assinado em 31/3/2006 com a Denerge e EEVP. O saldo teve uma redução de R\$ 2,7 milhões.

Tributos a recuperar

O acréscimo do saldo foi de 1,5% (R\$ 0,5 milhões) e está representado por valores a compensar ou a restituir de impostos federais pagos a maior em exercícios anteriores.

Outros Ativos

Houve uma redução de 19,7% (R\$ 0,6 milhões), tendo como saldo em 31.12.2013 o valor total de R\$ 2,6 milhões, representado principalmente por adiantamento a fornecedores (R\$1,3 milhões) e valores bloqueados judicialmente (R\$ 1,3 milhões).



Partes Relacionadas

Não houve alteração no saldo do montante de R\$ 22,5 milhões. Os créditos se referem a valores a receber de empresas distribuidoras de energia elétrica controladas da Companhia, mas atualmente sob intervenção da ANEEL.

Ativo Não Circulante

Títulos a receber

Refere-se a parcelas a longo prazo correspondente a Títulos a Receber mencionado no grupo Ativo Circulante que foi integralmente transferido para o curto prazo, no montante de R\$ 6,9 milhões.

Tributos a recuperar

Não houve alteração do saldo.

Outros Ativos

O saldo em 31.12.2013 corresponde a R\$ 0,6 milhões de adiantamento a fornecedores a receber em longo prazo. Não há saldo do ano anterior.

Partes Relacionadas

Os saldos tiveram um acréscimo de apenas 0,3% (R\$ 1,3 milhões) de um montante total de R\$ 502,9 milhões em 31.12.2012.

Passivo Circulante

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures foi reduzido em 1,4% (R\$ 14,7 milhões), de um saldo de R\$ 996,6 milhões existente em 31/12/2012, permanecendo em 31/12/2013 o saldo de



R\$ 981,9 milhões. A variação é decorrente da redução de empréstimos e financiamentos, mantendo-se inalterado o saldo de Debêntures no montante de R\$ 410,1 milhões.

Passivo Não Circulante

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

O saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures totalizou R\$539,3 milhões em 2013, representando um acréscimo de R\$59,4 milhões ou 10,2% em relação aos R\$ 479,9 milhões de 2012. Esse aumento foi resultado do registro da variação cambial ocorrida durante o exercício de 2013, no saldo líquido dos bônus perpétuos.

Partes Relacionadas

O saldo manteve-se praticamente inalterado, observando-se um acréscimo de 0,7% (R\$4,2 milhões) de um saldo de R\$ 574,8 milhões existente em 31/12/2012, em razão dos valores permanecerem congelados devido à recuperação judicial da Companhia.

Patrimônio Líquido

A Companhia encerrou o exercício em 31 de dezembro de 2013, apresentando patrimônio líquido negativo de R\$ 226.923 mil, prejuízo de R\$ 179.293 mil e, naquela data, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$ 911.991 mil.

Análise das contas patrimoniais do exercício social encerrado em 31.12.2012 em comparação com as do exercício social encerrado em 31.12.2011.

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo está representado basicamente por aplicações financeiras que correspondem a 87% (R\$ 4,6 milhões) em 31.12.2012 e 98,9% (R\$ 77,0 milhões) em 31.12.2011. A redução foi ocasionada devido a dificuldades econômico-financeiras enfrentadas pela Companhia durante o exercício de 2012 e o consequente pedido de recuperação judicial.

Títulos a receber



Está representado por valores a receber da Itamarati Norte SA.-Agropecuária, conforme contrato de Assunção de dívidas, cessão de créditos e outras avenças assinado em 31/3/2006 com a Denerge e EEVP. O saldo teve um acréscimo de R\$ 0,98 milhões.

Tributos a recuperar

O saldo de 31/12/2012 teve uma redução de 10,2% (R\$4,5 milhões) em relação ao saldo de 31/12/2011 no montante de R\$ 44,3 milhões, cuja redução foi decorrente da utilização do saldo do imposto de renda a compensar durante o exercício de 2012.

Outros Ativos

Houve um aumento de 78% (R\$ 1,4 milhões), tendo como saldo em 31.12.2012 o valor total de R\$ 3,2 milhões, representado principalmente por adiantamento a fornecedores (R\$1,0 milhão) e valores bloqueados judicialmente (R\$ 0,4 milhões).

Partes Relacionadas

O saldo de partes relacionadas está representado por valores de dividendos e juros sobre o capital próprio a receber de controladas, que durante o exercício de 2012, teve uma redução de 64% (R\$39,9 milhões), permanecendo um saldo em 31/12/2012 de R\$ 22,4 milhões.

Ativo Não Circulante

Títulos a receber

O saldo teve uma redução de R\$ 9,5 milhões correspondente a transferência para curto prazo.

Tributos a recuperar

Não houve alteração no saldo existente em 31/12/2011

Outros Ativos

Não houve alteração. Saldo é de apenas R\$ 1 mil.



Partes Relacionadas

O saldo de partes relacionadas em 31/12/2012 no montante de R\$ 502,9 milhões teve um acréscimo de 3,7% (R\$17,9 milhões) em relação ao saldo de 2011, que está representado praticamente por valores a receber das controladoras Denerge e EEVP.

Passivo Circulante

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Empréstimos, financiamentos e debêntures teve um acréscimo de 52,8% (R\$ 344,5 milhões) em 2012, representado ao final do exercício de 2012 pelo saldo de R\$ 996,6 milhões, sendo R\$ 571,1 milhões em moeda nacional e R\$ 15,4 milhões em moeda estrangeira e R\$ 410,1 milhões em debêntures.

O acréscimo é decorrente principalmente dos seguinte fatores: a) captação de empréstimos em moeda nacional no montante de R\$ 63,6 milhões; b) apropriação de encargos financeiros de R\$ 211,6 milhões; c) transferência de dívidas de longo para curto prazo de R\$ 407,3 milhões, sendo R\$ 161,5 milhões em moeda nacional e R\$ 246,7 milhões em debêntures e d) liquidação de dívidas de principal e juros no montante total de R\$ 341,3 milhões, sendo R\$ 260,4 milhões em moeda nacional e R\$ 80,9 milhões em moeda estrangeira.

Passivo Não Circulante

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures teve uma redução de 61,9% (R\$748,6 milhões), permanecendo um saldo de R\$ 479,8 milhões em 31/12/2012, representado por R\$ 73,9 milhões em moeda nacional e R\$ 405,9 milhões em moeda estrangeira.

A variação deu-se em razão das seguintes ocorrências: a) ajuste negativo da marcação a mercado (R\$ 450,5 milhões) e variação cambial positiva (R\$ 83,3 milhões) do bônus perpétuo no montante líquido de R\$ 367,2 milhões; e b) transferência para curto prazo no montante de R\$ 407,3 milhões, sendo R\$ 161,2 milhões em moeda nacional e R\$ 246,1 milhões de debêntures.



Partes Relacionadas

Em 31/12/2012 o saldo de partes relacionadas teve um aumento de 11,5% (R\$59,2 milhões), encerrando o exercício de 2012 com o saldo de R\$ 574,8 milhões, representados por R\$ 162,9 milhões devidos para controladoras EEVP e Denerge e R\$ 411,9 milhões para suas controladas. O aumento foi devido a acréscimo no saldo de controladas de R\$ 73,2 milhões e redução de R\$ 14,0 milhões de controladores.

Patrimônio Líquido

Em 31/12/2012 o patrimônio líquido ficou negativo em R\$ 47,6 milhões, ocasionado principalmente devido à apuração de prejuízo no exercício no montante de R\$ 665,8 milhões.

Análise das contas patrimoniais do exercício social encerrado em 31.12.2011 em comparação com as do exercício social encerrado em 31.12.2010.

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo está representado basicamente por aplicações financeiras que representam 98,9% (R\$77,0 milhões) em 31.12.2011 e 91,9% (R\$ 21,1 milhões) em 31.12.2010. O acréscimo é explicado pelas captações ocorridas durante o exercício.

Títulos a receber

Está representado por valores a receber da Itamaratí Norte SA.-Agropecuária, conforme contrato de Assunção de dívidas, cessão de créditos e outras avenças assinado em 31/3/2006 com a Denerge e EEVP. O saldo teve um acréscimo de R\$ 1,5 milhões.

Tributos a recuperar

Em 31/12/2011, o saldo de R\$ 44,3 milhões praticamente ficou inalterado em relação ao exercício anterior (R\$ 44,5 milhões).

Outros Ativos



O saldo que era de R\$ 1,5 milhões em 31/12/2010 teve um acréscimo perfazendo o saldo de R\$ 9,5 milhões em 31/12/2011. A variação é decorrente de operação com opções (swap), no montante de R\$ 7,7 milhões.

Partes Relacionadas

O valor está representado por valores a receber de dividendos e juros sobre o capital próprio decorrente de lucros apurados em suas controladas. O saldo teve um acréscimo de R\$ 12,0 milhões em 2011, permanecendo um saldo total de R\$ 62,4 milhões.

Ativo Não Circulante

Títulos a receber

O saldo teve uma redução de R\$ 8,6 milhões correspondente a transferência para curto prazo.

Tributos a recuperar

Não houve alteração no saldo durante o exercício.

Outros Ativos

Não houve alteração no saldo.

Partes Relacionadas

O saldo representa os valores a receber de suas controladoras Denerge e EEVP e em comparação com o exercício anterior teve um acréscimo de 6,9% (R\$ 31,7 milhões).

Passivo Circulante

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures



Com relação aos empréstimos, financiamentos e debêntures o saldo em 2011 foi de R\$652,2 milhões, representando um aumento de R\$329,8 milhões ou 102,3% em relação aos R\$322,4 milhões de 2010.

Esse aumento se deu principalmente às seguintes variações: (i) debêntures: parte do saldo de longo prazo, R\$123,2 milhões, migrou para o curto prazo; e (ii) aumento de R\$197,2 milhões no capital de giro.

Obrigações Fiscais

O saldo teve um acréscimo de 41,3% (R\$ 2,7 milhões), representado principalmente devido a variação no saldo de Parcelamento de impostos federais em decorrência dos ajustes decorrentes da consolidação final do parcelamento.

Passivo Não Circulante

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures.

O saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures totalizou R\$1.228,5 milhões em 2011, representando uma redução de R\$241,0 milhões ou 16,4% em relação aos R\$1.469,5 milhões de 2010.

Essa redução foi resultado, principalmente, das seguintes variações: (i) redução de R\$123,3 milhões no saldo das debêntures; (ii) redução de R\$56,4 milhões no capital de giro; (iii) redução de R\$24,8 milhões no saldo do BNDES; e (iv) redução de R\$37,7 no saldo líquido dos bônus perpétuos (saldo menos marcação a mercado).

Partes Relacionadas

Partes relacionadas estão representadas por valores devidos a controladores e controladas no montante de R\$ 515,2 milhões em 31/12/2011, tendo havido um acréscimo de 12,7% (R\$58,5 milhões). A variação ocorreu devido a aumento de valores devidos a controladas de 24,8%(R\$67,4 milhões) e diminuição de valores devidos a controladores de 4,8%(R\$ 8,8 milhões)

Patrimônio Líquido



O patrimônio líquido foi alterado de R\$ 682,4 milhões em 31/12/2010 para R\$ 623,8 milhões em 31/12/2011, em razão do aumento de capital no valor de R\$ 629,4 milhões e da apuração de prejuízo no montante de R\$ 688,0 milhões no período.

10.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Por se tratar de uma sociedade holding, as receitas da Companhia são compostas (i) pelo resultado de equivalência patrimonial de suas controladas; e (ii) por outras receitas financeiras.

No exercício social encerrado em 31.12.2013, o resultado de equivalência patrimonial correspondeu a prejuízo no valor de R\$150.606 milhões. As receitas financeiras, por sua vez, totalizaram R\$ 292.942 milhões, o que corresponde a uma redução de 66,50% do valor verificado em 31.12.2012 (R\$876.552milhões).

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

- Intervenção administrativa da ANEEL nas concessionárias do Grupo Rede Energia; e
- Processo de Recuperação Judicial.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não aplicável.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Não aplicável.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional



b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

c. eventos ou operações não usuais

Alienação do controle da Companhia

A Companhia publicou fato relevante em 19/12/2012, por meio do qual informou a seus acionistas e ao mercado que foi celebrado, naquela data, Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, entre, de um lado, Equatorial Energia S.A. e CPFL Energia S.A. e, de outro lado, o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Junior, pelo qual este último, mediante a verificação de determinadas condições precedentes, comprometeu-se a transferir à Equatorial a totalidade de suas ações de emissão das sociedades J.Q.M.J. Participações S.A., BBPM Participações S.A., Denerge, EEVP e Rede Energia.

Em 05/07/2013, o compromisso celebrado com a Equatorial Energia S.A. e CPFL Energia S.A. foi rescindido, uma vez que as condições suspensivas não se verificaram em termos aceitáveis para a Equatorial Energia S.A. e para a CPFL Energia S.A.

Em 11/07/2013, a Companhia divulgou fato relevante, pelo qual informou que havia sido celebrado, naquela data, Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre, de um lado, Energisa S.A. e, de outro lado, o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Junior, que substituiu o Compromisso celebrado com a Equatorial Energia S.A. e com a CPFL Energia S.A.. Dessa forma, no compromisso assinado com a Energisa S.A., o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Junior comprometeu-se a, desde que verificadas determinadas condições precedentes, transferir a totalidade de suas ações de emissão da Companhia e das sociedades J.Q.M.J. Participações S.A., BBPM Participações S.A., Denerge e EEVP. Tais participações societárias conferirão à Energisa S.A. o controle indireto da Companhia e, por consequência, das demais sociedades do Grupo Rede, inclusive das distribuidoras de energia elétrica ora sob intervenção da ANEEL.

Em contrapartida, a Energisa comprometeu-se, entre outras obrigações, e uma vez verificadas as condições precedentes aplicáveis, a realizar aportes de novos recursos na Companhia e no grupo, de forma a cumprir os planos de recuperação das distribuidoras de energia elétrica sob intervenção, apresentados à ANEEL.

A referida operação foi aprovada pelo CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica em 16/10/2013, sem restrições, e pela ANEEL, conforme Resolução Autorizativa nº 4.510 de



28/1/2014. Em sua decisão, a ANEEL determinou que a operação deverá ser implementada até o dia 15/4/2014.

Recuperação judicial e transferência do controle da CELPA

A Centrais Elétricas do Pará S.A.- Celpa ajuizou, em 28/2/2012, pedido de Recuperação Judicial, nos termos da Lei n.º 11.101/2005. A medida teve por objetivo proteger o valor dos ativos da Controlada, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades.

Em 27/6/2012 a Companhia e a QMRA Participações S.A. – em Recuperação Judicial receberam da Equatorial Energia S.A. proposta formal para investimento na Controlada.

Em 1/9/2012 o plano de recuperação judicial da Celpa foi aprovado. O Plano de Recuperação Judicial consolidado e aprovado, bem como todos os demais documentos pertinentes ao processo em questão estão disponíveis para consulta na página eletrônica da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

No dia 1/11/2012, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado entre a Companhia, a QMRA Participações S.A – em Recuperação Judicial e a Equatorial Energia S.A., e conforme informado pela Companhia em Avisos de Fato Relevante divulgados ao longo dos meses de setembro a novembro de 2012, a Equatorial Energia S.A. adquiriu, pelo valor total de R\$ 1,00 (um real), 39.179.397 ações de emissão da CELPA, sendo 38.717.480 ações ordinárias e 461.917 ações preferenciais, representativas de uma participação de 65,18% do capital votante e 61,37% do capital social total da CELPA.

A Companhia apurou uma perda de participação acionária no montante de R\$ 25,9 milhões

10.4. Os diretores devem comentar:

- a. mudanças significativas nas práticas contábeis**
- b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Não houve alteração nas práticas contábeis adotadas. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), as



quais abrangem a legislação societária brasileira, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica, definidas pelo poder concedente, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) adotados no Brasil e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

“Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis

Conforme descrito nas Notas Explicativas nos 1.1, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) determinou, cautelarmente, por meio da Medida Provisória no 577 de 29 de agosto de 2012 e das Resoluções Autorizativas ANEEL nos 3.647, 3.648, 3.649, 3.650, 3.651, 3.652, 3.653 e 3.654 de 31 de agosto de 2012, a intervenção administrativa nas investidas Centrais Elétricas Matogrossenses S.A - CEMAT, Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A - ENERSUL, Companhia Força e Luz do Oeste (“CFLO”), Caiuá Distribuição de Energia S.A. (“CAIUÁ”), Empresa Elétrica Bragantina S.A. (“EEB”), Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. (“EDEV”) e Companhia Nacional de Energia Elétrica (“CNEE”) pelo prazo de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL. A intervenção tem como objetivos a defesa do interesse público, a preservação do serviço adequado aos consumidores e a gestão dos negócios das concessionárias, designando interventores com plenos poderes de gestão e administração sobre as operações e os ativos dessas investidas. Em 20 de agosto de 2013, por meio das Resoluções Autorizativas nos 4.282, 4.283, 4.284 e 4.285, a ANEEL prorrogou pelo prazo de dois anos, a intervenção administrativa nas referidas investidas, permanecendo inalteradas as demais disposições estabelecidas anteriormente.

A Companhia apresentou a ANEEL, em 26 de outubro de 2012, um plano de recuperação e correção das falhas e transgressões que ensejaram as intervenções, conforme requerido pelas Resoluções Autorizativas mencionadas anteriormente. Este



plano, basicamente, define que a recuperação das investidas, conjuntamente, e da Companhia se dará pela troca de controle e aporte de recursos financeiros do novo controlador. Adicionalmente, em 1º de outubro de 2013, a Companhia apresentou a ANEEL, novos planos de recuperação para análise e aprovação. Estes planos estão vinculados à transferência de controle acionário a Energisa S.A. (“ENERGISA”), cujo compromisso de investimento, compra e venda de ações, foi firmado em 05 de julho de 2013. Em 17 de dezembro de 2013, a ANEEL aprovou os planos de recuperação apresentados para as distribuidoras, conforme Resolução Autorizativa nº 4.463.

Além disso, conforme Nota Explicativa nº 1.2, a Companhia, em conjunto com a Companhia Técnica de Comercialização de Energia – “Em Recuperação Judicial” (“CTCE”), QMRA Participações S.A. – “Em Recuperação Judicial” (“QMRA”), Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. – “Em Recuperação Judicial” (“EEVP”) e Denerge Desenvolvimento Energético S.A. – “Em Recuperação Judicial” (“DENERGE”), tiveram seus pedidos de Recuperação Judicial (RJ) deferidos em 19 de dezembro de 2012 nos termos da Lei nº 11.101/05. Conforme a referida lei, a Companhia em conjunto com a CTCE, QMRA, EEVP e DENERGE, apresentaram em juízo no dia 15 de março de 2013, dentro do prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão (14 de janeiro de 2013) que deferiu o processamento da Recuperação Judicial, Plano de Recuperação que conteve: discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a serem empregados, demonstração de sua viabilidade econômica, e laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada. Em 05 de julho de 2013, na Assembleia Geral de Credores, foi submetida para aprovação dos credores a nova versão do plano de recuperação judicial da Companhia, CTCE, QMRA, EEVP e DENERGE. Em 09 de setembro de 2013, o juiz responsável pela recuperação judicial da Companhia e das outras sociedades relacionadas, aprovou o plano deliberado em Assembleia Geral de Credores. A Companhia aguarda a decisão final do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo sobre o referido plano, após a apreciação de embargos apresentados por alguns credores contra a aprovação do plano, não tendo mensurado, até a presente data, os possíveis efeitos sobre os saldos patrimoniais, tendo em vista as negociações em andamento e reconciliações de dívidas, bem como, a dependência dos eventos futuros acima mencionados, que poderão ou não ocorrer, tais como: a aprovação do Plano de Recuperação por parte do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, contemplando a troca de controle da Companhia e das



investidas mencionadas anteriormente e aporte de recursos financeiros do novo controlador.

Adicionalmente, conforme Nota Explicativa nº 1, a Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2013, patrimônio líquido negativo de R\$ 226.923 mil e prejuízo do exercício findo naquela data de R\$ 179.293 mil e que, naquela data, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$ 911.991 mil. Em 31 de dezembro de 2013 os ativos e passivos da Companhia foram classificados e valorizados, presumindo a continuidade normal dos negócios. Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia deveria demonstrar este pressuposto de continuidade.

Ademais, conforme Notas Explicativas nº 1.3, em 05 de julho de 2013, foi celebrado o Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Compromisso”) entre Energisa S.A. (“ENERGISA”) e REDE, referente a transferência da totalidade das ações da REDE e demais participações societárias. Essa transferência conferirá a ENERGISA o controle indireto da Companhia e, por consequência, das demais sociedades do Grupo REDE, inclusive das distribuidoras de energia elétrica ora sob intervenção da ANEEL. A efetiva conclusão do negócio está sujeita a condições precedentes, dentre elas: (i) a obtenção das devidas aprovações por parte dos órgãos públicos competentes e de determinados credores e investidores, nos termos da legislação, contratos e acordos de acionistas aplicáveis; (ii) a aprovação do Plano de Recuperação das distribuidoras de energia elétrica, dentre elas a Companhia, apresentado à ANEEL, para levantamento da intervenção; e (iii) a homologação do Plano de Recuperação Judicial apresentado na Assembléia Geral de Credores realizada em 05 de julho de 2013, no âmbito da recuperação judicial da REDE, ajuizada em conjunto com a CTCE, QMRA, EEVP e DENERGE.

A referida operação foi aprovada pelo CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica em 16 de outubro de 2013, sem restrições, e pela ANEEL, conforme Resolução Autorizativa nº 4.510 de 28 de janeiro de 2014, determinando que a operação deverá ser implementada até o dia 15 de abril de 2014, conforme descrito em nota explicativa nº 23.

As situações acima descritas indicam a existência de incerteza significativa que levanta dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade da Companhia e, portanto, ela pode não ser capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos



negócios. Até a presente data não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, a Companhia possui tributos a recuperar no montante de R\$ 42.920 mil em 31 de dezembro de 2013. A compensação desses créditos depende de habilitação por parte das autoridades fiscais, bem como o sucesso da Administração em Planos de Recuperação dos Créditos ou da geração de débitos fiscais em suas operações, os quais tais tributos a recuperar possam ser compensados. Não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente quanto à mensuração e realização destes saldos.

Em virtude da ausência de confirmação das operações financeiras (circularizações) junto a algumas instituições financeiras, efetuamos procedimentos de auditoria alternativos, confrontando os extratos bancários com os registros contábeis com intuito de verificar a adequação dos saldos apresentados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013, porém não nos foi apresentada a totalidade dos extratos bancários da Companhia. Esses procedimentos não foram suficientes para assegurar da possível existência de passivos não registrados nos livros contábeis decorrentes de empréstimos e financiamentos, derivativos, garantias, fianças, avais, entre outros.

Não obtivemos resposta à carta de confirmação (circularização) enviada ao assessor jurídico Rodrigues Junior Advogados, relativo à atual situação das contingências de natureza trabalhista, tributária e cível. Não foi possível nas circunstâncias realizarmos procedimentos alternativos de auditoria para avaliarmos a necessidade de constituição de provisões que eventualmente não tenham sido registradas e/ou divulgadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 11, a Companhia possui investimentos em ativos financeiros avaliados pelo método de custo (provisão de perdas com investimentos avaliados a custo, quando os montantes são negativos) referente participação societária nas investidas Empresa Elétrica Bragantina S.A. (“EEB”), Companhia Nacional de Energia Elétrica (“CNEE”), Companhia Força e Luz do Oeste (“CFLO”), Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS, Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT, Caiuá Distribuição de Energia S.A. (“CAIUÁ”), Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. (“EDEV”), Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL nos montantes de R\$ 70.159



mil, R\$ 76.831 mil, R\$ 18.057 mil, R\$ 297.067 mil, R\$ 520.590 mil, (R\$ 31.292 mil), R\$ 114.038 mil e R\$ 462.453 mil, respectivamente. Além disso, conforme descrito na Nota Explicativa nº 12, a Companhia também possui investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial (provisão para perdas com investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, quando os montantes são negativos) acrescido de ágio, referentes à participação societária nas investidas QMRA Participações S.A. – “Em Recuperação Judicial” (“QMRA”), Tangará Energia S.A. (“TANGARÁ”), Companhia Técnica de Comercialização de Energia - “Em Recuperação Judicial” (“CTCE”), Rede Power do Brasil S.A. (“REDE POWER”), Rede de Eletricidade e Serviços S.A. (“REDESERV”), Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A. (“VACARIA”) nos montantes de (R\$ 102.336 mil), R\$ 55.785 mil, (R\$ 203.947 mil), R\$ 132.716 mil, R\$ 5.402 mil e R\$ 11.677 mil, respectivamente.

Os investimentos em ativos financeiros avaliados a custo e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, mencionados anteriormente, possuem ressalvas e incertezas descritas a seguir, que, conseqüentemente, nos limitam o alcance de conclusão e levantam dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional dos investimentos, e, portanto, a Companhia pode não ser capaz de realizar os seus investimentos no curso normal dos negócios. Além disso, a administração da Companhia não avaliou a indicação de ocorrência de redução no valor recuperável dos investimentos e, conseqüentemente, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de se constituir ou não provisão para perdas sobre os referidos ativos. Até a presente data não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluirmos sobre as limitações de alcance e estas múltiplas incertezas, mencionadas a seguir:

As investidas CEMAT, CELTINS, CAIUÁ, EEB, EDEVP, CFLO e CNEE, em intervenção administrativa determinada pela ANEEL desde 31 de agosto de 2012, estão em curso de negociação com seus credores, instituições financeiras, com objetivo de alongar o perfil do seu endividamento, para finalidade de liquidar o serviço da dívida, a amortização e liquidação de compromissos operacionais e financeiros de curtíssimo prazo. Todavia, este equacionamento depende de eventos futuros alheios ao controle da Administração (Interventores) das referidas investidas. Em 31 de dezembro de 2013, o passivo circulante excedeu o ativo circulante das investidas CEMAT, CELTINS, CAIUÁ, EEB, EDEVP, CFLO, CNEE, QMRA, CTCE e TANGARÁ em R\$ 925.515 mil, R\$ 249.064 mil,



R\$ 178.170 mil, R\$ 172.559 mil, R\$ 87.359 mil, R\$ 13.170 mil, R\$ 66.492 mil, R\$ 102.295 mil, R\$ 226.315 mil e R\$ 161.198 mil, respectivamente.

As investidas QMRA e CTCE tiveram seus pedidos de Recuperação Judicial (RJ) deferidos em 19 de dezembro de 2012, nos termos da Lei nº 11.101/05. Além disso, as investidas CEMAT, QMRA, CTCE, CAIUÁ, CELTINS e VACARIA incorreram no prejuízo líquido de R\$382.711, R\$ 2.121 mil, R\$ 125.162 mil, R\$ 32.943 mil, R\$ 156.301 mil e R\$ 987 mil, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e que, naquela data, o patrimônio líquido estava negativo das investidas QMRA e CTCE em R\$ 102.343 mil, R\$ 204.766 mil, respectivamente.

A investida direta REDE POWER da Companhia é também investidora da ENERSUL. A ENERSUL está em intervenção administrativa determinada pela ANEEL desde 31 de agosto de 2012, conforme mencionado anteriormente no parágrafo 1 desta seção. Até a presente data esta situação indica a existência de incerteza significativa que levanta dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade das investidas REDE POWER e ENERSUL.

Conforme mencionado anteriormente no parágrafo 1 desta seção, as investidas deveriam demonstrar o pressuposto de continuidade de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As situações acima descritas indicam a existência de incerteza significativa que levanta dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade das investidas e, portanto, elas podem não ser capazes de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios.

Até a presente data não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas. As notas explicativas às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013 não divulgam, integralmente, estes fatos.

Em 31 de dezembro de 2013, as investidas CEMAT, CELTINS, CAIUÁ e EEB, em intervenção administrativa determinada pela ANEEL desde 31 de agosto de 2012, possuem créditos tributários ativos oriundos de prejuízos fiscais, base negativa de Contribuição Social e diferenças temporárias nos montantes de R\$ 126.212 mil, R\$ 57.123 mil, R\$ 14.619 mil e R\$ 12.619 mil, respectivamente. A realização dos referidos créditos tributários depende fundamentalmente do sucesso do Plano de Recuperação e correção das falhas e transgressões que ensejaram as intervenções, conforme requerido



pelas Resoluções Autorizativas mencionadas no parágrafo 1 desta seção, apresentado pela Companhia a ANEEL, em 26 de outubro de 2012 e um novo plano foi reapresentado para análise e aprovação em 1º de outubro de 2013. Além disso, a ocorrência de lucros tributários futuros destas investidas. Devido às incertezas significativas mencionadas anteriormente, não foi possível concluir quanto à probabilidade de realização destes créditos tributários. As notas explicativas às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013 não divulgam, integralmente, estes fatos.

A investida CTCE possui contratos de compra e venda de energia elétrica que estão sendo discutidos em Câmara de Conciliação e Arbitragem em virtude do inadimplemento de cláusulas contratuais. Até a presente data não foram proferidos os laudos/sentenças arbitrais pela referida Câmara Arbitral e, conseqüentemente, ficamos impossibilitados de concluir quanto à adequada apresentação e mensuração das possíveis contingências nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 14, em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui dívida financeira com o Banco Daycoval S.A. no montante de R\$ 224.981 mil, registrado na rubrica “Empréstimos e financiamentos” no passivo circulante. Entretanto, o Banco Daycoval S.A. nos informou por meio de confirmação externa, que o total da dívida financeira da Companhia era de R\$ 5.233 mil na data base de 31 de dezembro de 2012. A Administração (Interventores) das investidas CEMAT, CELTINS, CAIUÁ e ENERSUL, em intervenção administrativa determinada pela ANEEL desde 31 de agosto de 2012, dá continuidade ao questionamento judicial, originalmente impetrado pelos assessores jurídicos da administração anterior, do resgate das suas aplicações financeiras, mantidas junto à referida instituição financeira, com a finalidade de quitar a referida dívida financeira contraída pela Companhia.

Até a presente data, não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluirmos sobre a adequada apresentação e a mensuração do montante da dívida financeira nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013.

A Companhia não está divulgando as demonstrações contábeis consolidadas, em conjunto com as demonstrações contábeis individuais, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, em razão da utilidade restrita que a consolidação de parte dos investimentos que a Companhia mantém controle, poderia trazer em benefício a maior compreensibilidade pelos usuários, julgando a aplicação do item 20 do Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) –



Apresentação das Demonstrações Contábeis. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11, em 31 de dezembro de 2013, as controladas QMRA Participações S.A. – “Em Recuperação Judicial” (“QMRA”), Tangará Energia S.A. (“TANGARÁ”), Companhia Técnica de Comercialização de Energia - “Em Recuperação Judicial” (“CTCE”), Rede Power do Brasil S.A. (“REDE POWER”), Rede de Eletricidade e Serviços S.A. (“REDESERV”) e Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A. (“VACARIA”) possuem ativos nos montantes de R\$ 0, R\$ 293.276 mil, R\$ 102.367 mil, R\$ 362.480 mil, R\$ 22.120 mil e R\$ 19.322 mil, respectivamente e, na mesma data, passivos nos montantes de R\$ 102.343 mil, R\$ 237.491 mil, R\$ 307.133 mil, R\$ 229.737 mil, R\$ 16.242 mil e R\$ 16 mil, respectivamente, que atendem aos requisitos das referidas normas contábeis. Se a Companhia tivesse apresentado as demonstrações contábeis consolidadas, muitos elementos de ativos, passivos e resultado, teriam sido afetados de forma significativa e generalizada. Os efeitos da não apresentação das demonstrações contábeis consolidadas não foram determinados.

Abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis

Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis”, até esta data, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Conseqüentemente, não expressamos opinião sobre as demonstrações contábeis acima referidas.

Ênfase

Chamamos a atenção ao descrito na Nota Explicativa nº 13 (e) às demonstrações contábeis, que a Rede Energia S.A. “Em Recuperação Judicial”, acionista da Companhia, detinha investimento na Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA) “Em Recuperação Judicial” que está em processo de recuperação judicial, cujo pedido foi deferido em 29 de fevereiro de 2012 e, em fato subsequente, o Plano de Recuperação Judicial foi aprovado em Assembleia Geral de Credores, datada de 1º de setembro de 2012 e homologado pela juíza responsável pelo processo, na mesma data. As empresas investidas CELTINS, CEMAT, EDEVP, CNEE e CFLO, possuem valores a receber da CELPA nos montantes líquidos de R\$ 3.824 mil, R\$ 11.794 mil, R\$ 6.264 mil, R\$ 3.400 mil e R\$ 2.861 mil, respectivamente, registrados no ativo não circulante. A realização



destes saldos está vinculada ao cumprimento por parte do credor do Plano de Recuperação Judicial, que deverá ocorrer em parcelas semestrais a partir do último dia do mês de setembro de 2019, e conclusão de pagamento em 2034. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção ao descrito na Nota Explicativa no 1.2, a Companhia em conjunto com a CTCE, QMRA, EEVP e DENERGE, estão em Processo de Recuperação Judicial, cujo pedido foi deferido em 19 de dezembro de 2012. As investidas EEB, CNEE, CELTINS e CEMAT possuem valores a receber da REDE, nos montantes de R\$ 184.660 mil, R\$ 66.393 mil, R\$ 24.633 mil e R\$ 1.124 mil, respectivamente, registrados na rubrica “Partes relacionadas” no ativo não circulante das investidas. Conforme disposto no artigo 2º da Resolução Autorizativa da Aneel nº 4.463/2013, o Grupo Energisa deverá comprovar, em até 60 (sessenta) dias após a transferência do controle societário, o aporte dos recursos previstos no plano aprovado para recuperação e correção das falhas e transgressões que ensejaram a intervenção. O aporte inclui a quitação dos mútuos entre todas as empresas do Grupo Rede, exceto para a quitação dos mútuos relativos à Empresa Elétrica Bragantina S.A. que poderá ser efetivada em até 1 (um) ano, limitado ao mês anterior ao término da concessão.

Adicionalmente, as controladas Tangará Energia S.A. (Tangará), CTCE, Rede Eletricidade de Serviços S.A. (“REDESERV”) e Vale do Vacaria possuem valores a receber da REDE, nos montantes de R\$ 48.372 mil, R\$ 74.254 mil, R\$ 5.334 mil e R\$ 11.277 mil, respectivamente, registrados na rubrica “Partes relacionadas” no ativo não circulante das investidas. Além disso, a Companhia possui valores a receber reduzido dos valores a pagar, das companhias em recuperação judicial, DENERGE e EEVP, nos montantes de R\$ 37.140 mil e de R\$ 301.520 mil, respectivamente. A realização destes saldos está vinculada ao cumprimento do Plano de Recuperação Judicial da REDE, o qual determina que o pagamento de todos os créditos detidos por partes relacionadas que não as concessionárias, será feito pelo novo controlador ou afiliadas. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção ao descrito na Nota Explicativa nº 4, que de acordo com as condições das intervenções administrativas da ANEEL, a Companhia deixou de ter o controle e qualquer influência das decisões econômicas e operacionais nos investimentos diretos e indiretos nas distribuidoras Centrais Elétricas Matogrossenses S.A - CEMAT, Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS,



Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL, Companhia Força e Luz do Oeste (“CFLO”), Caiuá Distribuição de Energia S.A. (“CAIUÁ”), Empresa Elétrica Bragantina S.A. (“EEB”), Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. (“EDEV”) e Companhia Nacional de Energia Elétrica (“CNEE”), a partir de 31 de agosto de 2012, pelo prazo de 1 (um) ano, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL. Contudo, a Companhia mantém preservado o direito as suas respectivas participações acionárias. Diante deste fato e com base no Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas, a Companhia desconsolidou os ativos e os passivos das controladas pelos seus valores contábeis na data em que o controle foi perdido, bem como desconsolidou o valor contábil de qualquer participação de não controladores naqueles investimentos. As informações contábeis comparativas consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não foram apresentadas em razão da inexistência de comparabilidade com as informações contábeis comparativas consolidadas findas em 31 de dezembro de 2013, mencionada anteriormente. Nossa conclusão não está modificada em relação a este assunto.

As investidas CEMAT, ENERSUL, CELTINS e CAIUÁ, em 31 de dezembro de 2013, possuem como parte do registro na rubrica “Outros ativos – ativo não circulante” os montantes de R\$ 102.985 mil, R\$ 61.818 mil, R\$ 10.487 mil e R\$ 11.988, respectivamente, referente a recursos das referidas investidas que estavam depositados em instituição financeira, originalmente registrados na rubrica de “Aplicações financeiras” nas investidas. A Administração (Interventores) das investidas CEMAT, ENERSUL, CELTINS e CAIUÁ, dão continuidade ao questionamento judicial, originalmente impetrado pelos assessores jurídicos da administração anterior, da devolução do recurso, bem como considera certo o recebimento deste ativo com base na opinião de seu departamento jurídico e de posicionamento da ANEEL, como condição de aprovação do Plano de Recuperação e transferência do controle das referidas investidas.

Ocorre que o plano apresentado à ANEEL foi aditado após a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, pela Assembleia Geral de Credores da Recuperação Judicial da Rede Energia S.A. – “Em Recuperação Judicial”, que prevê a venda do controle do Grupo Rede à ENERGISA. Em 17 de dezembro de 2013 a ANEEL aprovou, por meio da Resolução Autorizativa nº 4.463, o Plano ANEEL e acolheu a proposta da ENERGISA de ressarcir as investidas por meio de um AFAC – Adiantamento para futuro aumento de capital, no valor equivalente aos saques efetuados pelo Daycoval. Dessa forma, a



realização dos ativos passaram a depender tão somente das demandas judiciais movidas contra o Banco Daycoval S.A. e, com base nisto, passaram a ser tratadas como ativos contingentes. Por este fato a Administração (Interventor) da CEMAT, ENERSUL e CAIUÁ decidiram por constituir provisão para perdas daqueles montantes enquanto aguardam o andamento do questionamento jurídico.

Entretanto, em 29 de janeiro de 2014, foi proferido pelo Tribunal Regional Federal – TRF da 1ª Região, a decisão de provimento ao Agravo Regimental em favor da CELTINS. Dessa forma, o valor foi reclassificado do “Não Circulante” para o “Circulante”, considerando que o valor deverá ser disponibilizado à CELTINS no prazo estipulado no Despacho emitido em 5 de fevereiro de 2014 pelo Poder Judiciário do Estado do Tocantins – primeira Vara. A ação foi sustentada pela anuência da ANEEL, da dação em garantia mensal dos recebíveis da Companhia, conforme Despacho nº 3.978, de 13 de dezembro de 2012, retificado em 20 de fevereiro de 2014.

Adicionalmente, conforme descrito na Nota Explicativa nº 13, a Administração da Companhia e também administração anterior destas investidas menciona o fato da discussão judicial com a referida instituição financeira. Nossa conclusão não está modificada em relação a este assunto.”

10.5. Os diretores devem indicar comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos Resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não- circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

A elaboração e divulgação das demonstrações financeiras requerem que a Administração se baseie em estimativas e no seu julgamento para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais das transações, quando de suas efetivas realizações em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas e do julgamento da Administração. A Companhia e suas controladas revisam tais estimativas e premissas, no mínimo, uma vez ao ano.



As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para passivos contingentes;
- Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos;
- Instrumentos financeiros designados no reconhecimento inicial, como mensurados a valor justo por meio do resultado; e
- Derivativos.

Provisão para passivos contingentes: São provisionadas as contingências representadas pelas ações judiciais cíveis e trabalhistas com chances prováveis de perda pela administração da Companhia, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estimamos em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso pelas Companhias dos valores provisionados, na hipótese das Companhias serem vencidas nas ações.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: Sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são constituídos impostos diferidos, de acordo com as respectivas alíquotas vigentes na data do balanço. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício. De acordo com o art. 15 da Medida Provisória nº 449/2008, convertida na Lei nº 11.941/2009, de 27/5/2009, que institui o Regime Tributário de Transição- RTT de apuração do lucro real, a Companhia e suas controladas optaram pelo RTT aplicável ao biênio 2008-2009.

Instrumentos financeiros designados no reconhecimento inicial, como mensurados a valor justo por meio de resultado: São designados nesta categoria os instrumentos financeiros cuja opção por tal mensuração gerar uma informação mais relevante, devido a, pelo menos, um dos seguintes critérios: a) Eliminação ou redução significativamente de inconsistências de mensuração ou reconhecimento que ocorreriam em virtude da avaliação de ativos e passivos ou do reconhecimento de seus ganhos e perdas em bases diferentes; b) Valor justo, para um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos, ser utilizado como base para gerenciamento e avaliação de performance, conforme estratégia documentada de investimento ou gerenciamento de risco de mercado. Uma vez que a designação é feita, é irrevogável. Esses instrumentos, então, foram mensurados na transição da Lei 11.638/2007, onde os custos de



transação afetaram diretamente o patrimônio líquido. Subsequentemente, os valores justos são remensurados e os ganhos e perdas têm como contrapartida o resultado.

Derivativos: Tem o objetivo de administrar os riscos associados a variações nas taxas cambiais e de juros. Os referidos contratos derivativos são contabilizados pelo regime de competência e estão mensurados a valor justo por meio do resultado. Os ganhos e perdas auferidos ou incorridos em função desses contratos são reconhecidos como ajustes em receitas ou despesas financeiras. Os contratos derivativos da Companhia são com instituições financeiras de grande porte e que apresentam grande experiência com instrumentos financeiros dessa natureza.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Mesmo com o advento da intervenção administrativa em suas empresas operacionais e do pedido de Recuperação Judicial, a Companhia procura atender aos padrões de governança corporativa e considera seus controles internos suficientes para o tipo de atividade e o volume de transações que opera.

A Administração está empenhada no constante aprimoramento, efetuando constantes revisões para a melhoria contínua de seus processos.

c. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não há.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

- a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados;**
- b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição;**
- c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios;**



Não aplicável.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv. contratos de construção não terminada

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não existem ativos ou passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não estejam evidenciados em suas Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não aplicável.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

b. natureza e o propósito da operação

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.



10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a. investimentos, incluindo:**
 - i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**
 - ii. fontes de financiamento dos investimentos**
 - iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Em razão do pedido de Recuperação Judicial e da intervenção administrativa nas sociedades do Grupo Rede Energia, a administração da Companhia esclarece que não tem perspectiva de realizar novos investimentos e não há investimentos em andamento.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há qualquer aquisição em vista.

- c. novos produtos e serviços, indicando:**
 - i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**
 - ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**
 - iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**
 - iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Em razão do pedido de Recuperação Judicial e da intervenção administrativa nas sociedades do Grupo Rede Energia, a administração da Companhia esclarece que não existem novos produtos ou serviços em desenvolvimento.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção



Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

ANEXO III - PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

(conforme Anexo 9-1-II Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009)

Conforme decisão do colegiado de 27/09/2011 (Processo CVM RJ 2010/14687) e orientações do Ofício Circular CVM/SEP/N.º 01/2014, o Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009 não será apresentado em razão do prejuízo verificado no exercício social findo em 31.12.2013.

